



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

CLÁUDIO HENRIQUE LIRA DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA JUVENTUDE NEGRA VIVA: O Plano
Juventude Viva sob a ótica Analítico-Comportamental por uma Cultura de Paz

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

CLÁUDIO HENRIQUE LIRA DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA JUVENTUDE NEGRA VIVA: O Plano
Juventude Viva sob a ótica Analítico-Comportamental por uma Cultura de Paz

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
Graduação no curso de Psicologia da
Faculdade de Ciências Humanas e da
Saúde da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Helena
Tieppo Alves Gianfaldoni

SÃO PAULO

2015

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui seguem obedecessem uma linha cronológica de aparecimento em minha vida, maneira com a qual me organizo ao tratar de assuntos de significativa importância.

Primeiramente, agradeço à Luiz Lira da Silva e Vera Helena da Costa Lira, minha matriz de existência. Sem eles, desenvolver a arte de andar na corda bamba da vida, equilibrando sonhos e realidade, seria tarefa esvaziada de estrutura e sentido.

Ao Cleber, meu irmão e incansável contestador de meu discurso. Responsável pelas explosões mais mobilizadoras na minha vida, sempre me invadindo com seu afeto inocente e gratuito.

À Márika Gidali, Décio Otero e seus colaboradores, integrantes na rede de sustentação da escola de dança e de vida “Ballet Stagium”. Artistas visionários de persistente compromisso social, que através da disciplina, sensibilidade e do “Projeto Joaninha”, me proporcionaram o encontro com a diversidade das artes, gerando paixão e continuidade para minha compreensão sobre as transformações positivas, provenientes das influências artísticas e culturais.

Ao Programa Universidade à Todos – PROUni, política pública de acesso ao Ensino Superior para aqueles que são oriundos do enfraquecido ensino médio de instituições públicas. Através dessa ação afirmativa, encontrei possibilidade para imprimir minha potência para os desafios na vida acadêmica.

Ao Jásio, meu inestimável amigo, companheiro de vida e de luta. Com ele encontrei a manifestação concreta, em carne, osso e sentimento do que é uma audiência não punitiva, um interlocutor epistemológico e um acolhimento sem fronteiras.

À Deborah, Koko, Mnehra e toda e qualquer outra variação que seu nome pôde e poderá assumir em função do extremo afeto que nos inunda. Agradeço com olhos mareados a cada toque, gargalhada, silêncio, instabilidade de humores e revoltas homéricas. Em você, encontrei um ser que incorpora o verso “minha pele de ouro marrom”, de Caetano Veloso.

À Gabriela, minha mais sincera e estonteante nêga. Com você, encontrei a simplicidade necessária pra lidar com o caos da existência, atribuindo reflexões contundentes e leves sorrisos. Minhas asas para planar sobre as adversidades levantam voo graças aos seus olhares.

À Luiza, parceira da vida que me mobiliza como raios luminosos de identificação. Amiga que não se limitou em ser par para minhas influências artísticas e, como Chico Buarque de Hollanda diria, é “um brilhante que partindo a luz, explode em sete cores” em minha vida.

À entidade Bateria Psicolata e todos seus integrantes, de ontem e de hoje, do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Lugar simbólico e real para reconhecer-se como sujeito para escuta, ação e festa.

Aos meus amigos-fortaleza Thiago Francisco, Allison Barbosa, Franciel de Souza, David Mascheti, Luciene Ferraz, Marina Mause, Mariana Batagin,

Gabriel Dargas, Guilherme Caneli, Cecília Guida, Sarah Gimbernau, Livia Fernandes, Isabele Leandro, Bruno Bauer, Paula Maia, João Ricardo, Olívia Mentone, Mário Gaiarsa e Vinícius Gomes, que mesmo podendo ser entre si apenas (des)conhecidos, são os integrantes da minha rede de relações interpessoais, repleta de olhares libertários e calorosos, mais do que minha imaginação poderia desenhar.

À Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes, a professora orientadora do meu primeiro trabalho de iniciação científica. Em sua afetuosa presença, pude construir instrumentos de investigação poderosos e fidedignos, que influenciarão nas minhas leituras de mundo por tempo indeterminado.

À Profa. Dra. Adriana Eiko Matsumoto, minha atual supervisora de estágio no Núcleo de Psicologia e Políticas Públicas, que me ofereceu subsídios teóricos para adentrar ao campo das políticas públicas, incentivando minha conduta de psicólogo e pesquisador a repensar todos os dias o compromisso social que o saber psicológico deve assumir.

À Profa. Dra. Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni, minha primeira professora de Análise do Comportamento e orientadora de meu trabalho de conclusão de curso. Mulher de gigantesco coração e comprometimento acadêmico, com a qual foi possível a descrição de contingências comportamentais para uma agência de controle educacional ética, libertária e afetuosa.

À todos aqueles que voluntária e involuntariamente contribuíram para minha inquietação, questionamentos, disposição, perseverança e dedicação na conclusão da seguinte investigação e de minha primeira etapa na educação superior.

Aqui onde estão os homens
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão tão branco
Sendo colhidos por mãos negras
Eu quero ver

(...) Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega é Zumbi
É quem manda.

(Zumbi, composição de Jorge Bem Jor).

Área de conhecimento: 70700001 - Psicologia

Título: Contribuições para uma juventude negra viva: O Plano Juventude Viva sob a ótica Analítico-Comportamental por uma Cultura de Paz

Ano: 2015

Orientando: Cláudio Henrique Lira da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni

RESUMO

Este trabalho buscou, a partir da síntese da historicidade do período colonial escravista e do Movimento Negro organizado, destacar como na construção da identidade do brasileiro, estruturou-se o racismo institucional, causando a marginalização e perseguição da população negra, realizando o enquadre dessa parcela social, intimamente entrelaçada à cultura nacional, em elemento ameaçador da ordem eurocentrizada. Partindo dos anos 1980, evidenciou-se que a juventude negra era o principal alvo de ações que caracterizam uma “faxina étnica”. Com a problemática denunciada ao longo das décadas, a Secretária Nacional de Juventude entregou o Plano Juventude Viva em 2013, na tentativa de atender as reclamações dos movimentos sociais negros. Configurando um plano de prevenção à violência contra a juventude negra, estabelece-se uma política pública direcionada à cultura de paz. De forma a permitir a investigação da psicologia sobre essa política, utilizou-se a teorização da Análise do Comportamento sobre práticas de não-violência no diálogo com os eixos estruturantes do Plano em questão, disponíveis em documentação primária. Os resultados buscaram aproximações e distanciamentos entre as visões da política e da abordagem psicológica. Conclui-se como dever do Estado a garantia de direitos para o combate da violência e da vulnerabilidade social sofrida pela juventude negra, indicando o Plano Juventude Viva como uma medida necessária, porém paliativa, o que ressalta a urgência para a atenção ao racismo subliminar na realidade do Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Análise do Comportamento, Cultura de Paz, Juventude Negra.

SUMÁRIO

1 Introdução	9
1.1 A herança colonial	9
1.2 O movimento negro e sua expressão na sociedade brasileira	13
1.3 A Juventude negra contemporânea	24
1.3.1 O Plano Juventude Viva: construção e descrição	29
1.4 Contribuições analítico-comportamentais para a construção da Cultura de Paz	36
2 Método	44
3 Resultados	46
3.1 Caracterizações das ferramentas teóricas	46
3.2 Análises comparativas	51
3.2.1 Eixo 1 – Desconstrução da cultura de violência	51
3.2.1.1 Dialogando com a Análise do Comportamento	52
3.2.2 Eixo 2 – Inclusão, oportunidade e garantia de direitos	53
3.2.2.1 Dialogando com a Análise do Comportamento	55
3.2.3 Eixo 3 – Transformação de territórios	56
3.2.3.1 Dialogando com a Análise do Comportamento	57
3.2.4 Eixo 4 – Aperfeiçoamento institucional	58
3.2.4.1 Dialogando com a Análise do Comportamento	59
4 Discussão	61
5 Considerações Finais	65
Referências	67
Bibliografia Consultada	69
Anexos	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACUPRO – Casa de Cultura e Progresso
CEBAN – Centro de Cultura Afro-brasileira
CECAN – Centro de Arte Negra
CEU – Centro Educação Unificado
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUVÉ – Conselho Nacional de Juventude
DF – Distrito Federal/Brasília
ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra
FNB – Frente Negra Brasileira
FOMPI – Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos
GTPLUN – Grupo de Profissionais Liberais Universitários Negros
IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade
LA – Liberdade Assistida
MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC- Ministério da Comunicação
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME – Ministério do Esporte
MinC – Ministério da Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MNUCDR/MNU – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPAS – Ministério de Assistência e Previdência Social
MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MS – Ministério Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR – Ministério de Turismo
NAT – Núcleo de Articulação
PEC/G – Programa Estudantes em Convênio de Graduação
PELC – Programa de Esporte e Lazer da Cidade
PROEMI – Programa de Ensino Médio Inovador
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUni – Programa Universidade para Todos
PRVL – Programa de Redução de Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDH/PR – Secretária de Direitos Humanos/ Presidência da República
SECOM – Secretária de Execução de Comunicação
SEME – Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Recreação
SENAD/MJ – Secretária Nacional de Políticas Sobre Drogas/Ministério da Justiça
SEPPIR – Secretária de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SES – Secretária Municipal de Serviços
SG/PR – Secretária Geral/Presidência da República
SMADS – Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC – Secretária Municipal de Cultura
SMDHC – Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDTE – Secretária Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
SME – Secretária Municipal de Educação
SMPIR – Secretária Municipal de Promoção de Igualdade Social
SMPM – Secretária Municipal de Políticas para Mulheres
SMS – Secretária Municipal de Saúde
SMSP - Secretária Municipal de Coordenação de Subprefeituras
SMSU – Secretária Municipal Segurança Urbana
SNJ – Secretária Nacional de Juventude
SPM – Secretária de Políticas para Mulheres
SSP/SSA – Secretária de Segurança Pública de São Salvador – Bahia
UHC – União dos Homens de Cor

1 INTRODUÇÃO

1.1 A herança colonial ¹

Para compreender as reivindicações populares, as organizações das classes trabalhadoras e a história da constituição da identidade brasileira, é evidente a necessidade de debruçar-se sobre as questões de raça dentro da sociedade civil e do poder público, em uma perspectiva histórica, acompanhando os desdobramentos das investidas europeias nos territórios que foram denominados “Américas” e realizando leituras críticas dos fenômenos sociais que têm como cenário as circunstâncias vividas pelas nações colonizadas a partir dessa ideologia.

Resgatando o movimento de expansão marítima, encontram-se os grandiosos esforços de polos urbanos europeus (tais como Portugal, Itália e Espanha) no desenrolar da Idade Moderna, em especial das localidades afinadas ao despotismo esclarecido e à escola artístico-filosófica do Renascimento. Comprometidos com a expansão e domínio territorial, acúmulo de riquezas, mercantilização e servidão compulsória, não pouparam inteligência e pessoal para a manutenção das relações de competitividade e poder entre si.

No plano coletivo, as mentalidades não mudam rapidamente, e o imaginário fantástico continuou a existir, mas a expansão marítima foi mostrando cada vez mais como antigas concepções eram equivocadas - por exemplo, a descrição do mundo na Geografia de Ptolomeu - e como era necessário valorizar o conhecimento baseado na experiência (FAUSTO, 1995, p. 26).

Com isso, lideranças absolutistas disputam conquistas ultramarinas, com intenções exploratórias de bens naturais e, conseqüentemente, descaracterizam povos ditos não civilizados, utilizando os padrões eurocentrados como comparação.

Está documentado em complexos registros a larga trajetória de exploração e devastação de tradições locais, prática manifestada como norte

¹ Termo proposto a partir das leituras da obra de Boris Fausto, A História do Brasil, publicada em 1995.

para a entrada do elemento explorador/colonizador em terras antes não conhecidas. Em pouquíssimas palavras, sintetiza-se o dinamismo dos primeiros séculos entre povos nativos e expedições europeias, como preparação para contextualizar as relações da sociedade e seus gestores.

Até meados do século XIX, para a eficácia do controle no período colonial brasileiro, nas mãos da coroa portuguesa, utiliza-se como ferramenta naturalizada a vida dos povos nativos e o contingente populacional negro, com razões de desbravamento das terras do Novo Mundo. Importados para a lógica da escravidão, sendo negociados ou simplesmente sequestrados de suas origens, a população africana começa a ser explorada, como mão de obra lucrativa e comercializada pela sociedade escravocrata, visando a estabilidade econômica da metrópole portuguesa. As organizações sociais africanas já conheciam e utilizam o sistema escravista no seu cotidiano, entrelaçando o trabalho escravo a suas estruturas familiares e sociais, para a demonstração do poder territorial de grupos fechados, oferecendo ao elemento escravo a possibilidade de ascensão e desenvolvimento nos trabalhos realizados. Entretanto, os escravos amontoados e comercializados nos navios negreiros destinados às colônias europeias seriam utilizados na produção tropical, em latifúndios monocultores para o mercado externo.

A existência dessa lógica escravista na África foi uma espécie de porta de entrada para o tráfico atlântico, embora, repitamos, não o justifique. Possivelmente não houve espanto quando os primeiros europeus quiseram comprar escravos, pois essa atividade já era conhecida dos africanos. O que ocorreu foi uma mudança nos fins do âmbito “doméstico” e os escravos foram inseridos num sistema comercial de grande escala e transferidos para minas e lavouras do outro lado do Atlântico. Esse tipo de escravidão ficou conhecido como de *plantations*, e tinha como característica a presença de grupos e elites no tráfico, os trabalhos pesados e a impessoalidade total entre senhores/escravos (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 156).

Entre a metade do século XVI até, aproximadamente, 1850, o comércio de escravos africanos é a principal forma de obtenção de mão de obra para produção interna nacional, direcionada ao consumo local e para exportação. Com o insucesso da escravidão indígena, devido uma cultura alinhada às suas tradições e os ciclos da natureza, os colonizadores portugueses estabelecem-se

no comércio de negros escravizados retirando-os das regiões da costa atlântica africana, por conta da compatibilidade do desempenho do homem negro nas atividades de produção em larga escala.

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais [...]. Os africanos eram trazidos do chamado "continente negro" para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino" (FAUSTO, 1995, p. 51).

A configuração escravista da produção brasileira encontra em sua trajetória diversos movimentos de resistência, individuais e coletivos, como respostas ao uso de violência no trato e violações dos direitos humanos no controle da mão de obra. O negro escravizado é um produto lucrativo, sendo visto fora da condição humana, entendido como um item na propriedade de seu senhor, gerando uma miscelânea no cuidado: o zelo para o bem financeiro e a agressividade na função normativa.

Os questionamentos do uso da mão de obra escrava intensificam-se, em paralelo ao desenvolvimento nacional, a partir de acontecimentos do século XIX. Em breve cronologia exposta na Tabela 1. O contexto político-econômico brasileiro no século XIX, apresentam-se as modificações estruturais para a organização político-econômica e sociocultural do Brasil, que colocaram em contestação antigos tratados e relações nacionais e internacionais sobre a administração colonial desenvolvida até então.

Tabela 1. O contexto político-econômico brasileiro no século XIX

Período	Descrição
1808	- Chegada da Família Real Portuguesa - Instalação da metrópole portuguesa no Brasil - Governo de D. João VI
1822	- Monarquia portuguesa em franco declínio - Liderança governamental de D. Pedro I com aspirações iluministas - Proclamação da Independência - Início do Brasil Império
1831	- D. Pedro I abdica do posto de Imperador do Brasil - Regência Trina
1840	- Golpe da maioria: D. Pedro II aos 14 anos assume o posto de Imperador
1850	- Lei Eusébio de Queiróz é promulgada e extingue o tráfico negreiro
1888	- Lei Áurea é promulgada
1889	- Proclamação da República

Fonte: FERREIRA; FERNANDES, 2005; FAUSTO, 1995.

A Inglaterra, uma das principais economias parceiras do Brasil, apresenta resultados de sua Revolução Industrial que pressionam as lideranças políticas brasileiras para abolir a escravidão e assim aumentar seu número de consumidores de produtos manufaturados, o que inicia um novo ciclo de importação de mão de obra para os latifúndios monocultores, substituindo os negros escravizados por imigrantes europeus de baixa remuneração, gerando em 1850 a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, instituindo a extinção do tráfico negreiro e, conseqüentemente, a abolição da escravatura:

Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel (provisoriamente no lugar do imperador que estava viajando), seguindo uma recomendação da Câmara dos Deputados, assina a Lei Áurea, extinguindo a escravidão no Brasil. Embora essa lei tenha beneficiado a economia, a população negra não teve tantos motivos para comemorar: saiu da escravidão sem indenizações ou garantia de emprego, iniciando uma longa e árdua luta por igualdade de direitos. (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 363).

Com a abolição da escravatura, a população negra livre é marginalizada, através de impedimentos na ascensão socioeconômica, ficando rígidas bases históricas para o lugar das mulheres e dos homens negros livres na sociedade brasileira, resultando no racismo institucional: a prática instituída de naturalizar o fator negro, intimamente entrelaçado com a história e a constituição do Brasil,

como não integrante legítimo, não reconhecido, o elemento menosprezado, visto como ameaça à ordem branca vigente.

1.2 O Movimento Negro e sua expressão na sociedade brasileira

1.2.1. 1º Período: 1889 – 1937: A primeira república brasileira²

Basicamente, o cenário econômico brasileiro mostra-se fundado na produção agrária no período subsequente ao da extinção da escravidão da população negra africana e brasileira, inserindo na clandestinidade o tráfico negreiro. Inicia-se em 1889 o período da chamada República Velha, como elemento importante para as mudanças da organização política brasileira, sugerindo um maior espaço de participação social em dinâmicas democráticas.

Como consequência da lógica da escravidão, os negros escravizados são impedidos no processo de reconhecimento de sua integração na sociedade, distanciados da tomada de consciência sobre si em formações sociais, como resultado das relações de exploração. Assim, apresenta-se a distinção entre grupos específicos e grupos diferenciados, conceitos utilizados por Clóvis Moura (1988) em sua obra “Sociologia do Negro Brasileiro”, que são explicitados a seguir: aqueles que são marginalizados em suas vivências, sob enquadre de categorias dos valores sociais vigentes, são entendidos como grupo diferenciado, enquanto os grupos que sentem a sua diferença diante os padrões e se apropriam destas, atingem forças de coesão necessárias para a criação de mecanismos próprios de imersão na sociedade, tornando-se grupos específicos, que podem ser exemplificados no período colonial nas formações quilombolas, grupos de lazer e religião. No conflito com a sociedade global, as organizações com referências negras encampam espaços de legitimação.

Entretanto, mesmo com sua liberdade protegida pela legislação Abolicionista, o negro na sociedade brasileira continua expropriado de sua importância para a conjuntura nacional. Nesse sentido, os grupos específicos voltados para a assistência social, como a Irmandade Nossa Senhora do

² Delimitação temporal proposta em consonância ao texto “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, de Petrônio Domingues, publicado em 2007.

Rosário, oferecem serviços de proteção social e tornam-se locais de fortalecimento e cuidado para os negros. A mulher negra assume destaque nas organizações negras, como centralizadora de manifestações culturais e políticas. Além disso, ocorrem rejeições do povo negro por parte dos imigrantes europeus e suas organizações de trabalhadores (DOMINGUES, 2007). A classe trabalhadora de maneira geral sofre com as explorações do modo de produção brasileiro, militando por melhores condições laborais, mas sem espaço de inclusão para o contingente negro (SANTOS, 2001).

Os cultos religiosos africanos e as investidas normatizadoras da cultura eurocentrizada brasileira representam com propriedade o embate de forças entre grupos específicos e sociedade global. A institucionalização das manifestações negras torna-se uma prática comum, por exemplo, na umbanda e nas suas expressões sincréticas em decorrência de imposições cristãs. Contudo, as resistências negras continuam, manifestando caminhos libertários simbólicos para a cultura africana. A entidade espiritual “Exú” é incorporada ao mal cristão³ nos cultos da quimbanda, vertente religiosa derivada da umbanda, quando na realidade a mitologia africana trata o Exú como canal de comunicação entre humanos e orixás, o panteão africano. Em tais circunstâncias, a cultura africana recarrega suas forças de manifestação, rompendo com a ideologia branca, retratando espaços de afirmação da cultura negra, com menor intensidade para denúncias das opressões vividas (MOURA, 1988).

As imposições europeias atingem as manifestações populares, introduzindo o processo de folclorização, através da burocratização que despotencializa e embranquece os elementos culturais marginalizados. O samba e o Carnaval revelam-se como movimentos de contracultura nacional, protegidos nos morros cariocas nos anos 1920 e ocupando os espaços embranquecidos, trazendo à tona para a sociedade a voz negra (MOURA, 1988), e submetidos ao silenciamento por decorrência das investidas de branqueamento.

A mídia impressa especializada e organizada por grupos negros, como O Clarim da Alvorada, jornal destinado a população negra com circulação até 1932, surge apontando a importância da afirmação social nas reivindicações e

³ Segundo Moura (1988), o mal cristão pode ser entendido nas entidades opostas ao Deus do cristianismo, que representam figuras pagãs.

denúncias de melhores condições de desenvolvimento socioeconômico (DOMINGUES, 2007). Esta publicação acompanhou o processo de fundação da Frente Negra Brasileira - FNB, em 16 de setembro de 1931, o que representou uma estrutura política para responder as opressões sofridas, chamando a atenção das gestões públicas para as problemáticas vivenciadas pelo povo negro à margem da sociedade global.

A FNB estabelece-se como frente pela revolução liberal, com luta armada e conscientizadora, adquirindo inspirações nos movimentos ultranacionalista em voga na Europa. São realizadas pressões para abertura de oportunidades nos serviços públicos, resultando na entrada imediata de negros no serviço militar, como conquista da Frente junto ao primeiro período do governo de Getúlio Vargas, abrindo campo para contratações em outros setores como: correios, ferroviárias e fóruns. Porém, as categorias agora disponíveis reúnem cargos de pouco prestígio e sem possibilidades de ascensão profissional (SANTOS, 2001).

Em 1937, com a instauração da ditadura Vargas, são extintas as organizações políticas, inclusive a FNB (DOMINGUES, 2007). Nesse mesmo ano, grupos específicos de negros brasileiros sofrem perseguições sistemáticas, o que gerou o Comitê Democrático Brasileiro como organização de proteção para população negra recém-libertada e marginalizada. Nessa configuração, as liturgias e o plano simbólico para a resistência negra conferem espaço de afirmação, com possibilidades de reelaboração das hierarquias exploratórias (MOURA, 1988).

1.2.2. 2º Período: 1945 – 1964⁴

Com o período ditatorial na Era Vargas, de 1937 a 1945, os espaços de contestação política sofrem violenta repressão, disfarçadas por uma gestão populista com aspirações militares e modernizantes, aquecendo o processo de industrialização. A movimentação negra no segundo período estimulada pelas

⁴ Petrônio Domingues, Movimento Negro Brasileira: alguns apontamentos históricos, Tempo [online]. Vol. 12, n.23, pp. 100-122. 2007.

lutas antirracistas, busca a derrubada dos muros segregacionistas, que neste recorte concretizam-se na ampliação dos mercados de trabalho e competitividade, trazendo como prática recorrente para as contratações profissionais o menosprezo pelo profissional negro, baseado em formulações puramente racistas (SANTOS, 2001).

Na obtenção de representatividade na sociedade brasileira, grupos específicos continuam a organizarem-se, exigindo maior participação na administração pública e possibilidades de elevação no nível econômico e intelectual, requisições pontuadas pela União dos Homens de Cor - UHC ou Uagacê. As organizações artísticas somam-se às objeções levantadas pelo Movimento Negro, entendendo que para uma democracia racial verdadeira, é necessária a criação de uma legislação antidiscriminatória, o que foi evidenciado fortemente pelo Teatro Experimental Negro, criado em 1944, no Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2007).

Claramente, as gestões governamentais se afinam cada vez mais com a ideologia liberal e os avanços da industrialização, com propósitos de diminuição da dependência de produtos manufaturados importados, valorizando perspectivas na distribuição de renda com maiores benefícios para as classes detentoras do capital. Em paralelo, o Partido Comunista Brasileiro vai ganhando forças aliado à luta dos trabalhadores, mas traz em suas discussões que as exigências trabalhistas e as considerações das desigualdades entre as classes sociais se sobrepõem às lutas pelo fim da discriminação racial (DOMINGUES, 2007), constituindo-se, assim, em mais espaços nos quais a participação negra e as lutas antidiscriminatórias são subestimadas.

Apesar dos esforços do Movimento Negro organizado, a primeira lei antidiscriminatória é promulgada após o escândalo com a bailarina norte americana Katherine Dunham, que por discriminação racial foi impedida de se hospedar em um hotel de São Paulo (DOMINGUES 2007; SANTOS, 2001). A Lei 1.390/1951 de 3 de julho de 1951, denominada Lei Afonso Arinos, direciona-se a proibição da discriminação racial e de cor de pele, com pena de prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Com a Segunda Republica brasileira, retoma-se o modelo democrático

de eleições presidenciais, desobstruindo caminhos para candidaturas de partidos pós Era Vargas, ocasionando a volta da FNB expondo uma plataforma eleitoral própria, alterando sua denominação para Associação Nacional do Negro Brasileiro, direcionando suas demandas para o fim do mito da democracia racial (SANTOS, 2001), denunciando a ausência de relações raciais igualitárias. Segundo Gilberto Freyre (1998), em sua obra *Casa-Grande e Senzala*, origina-se o termo democracia racial a fim de explicitar que no processo histórico de constituição da identidade brasileira houveram relações interétnicas e interracialis não tão conflitantes como nas regiões norte-americanas escravistas.

Neste contexto, o aparecimento de uma classe média negra, intelectualizada em resistências culturais e nos ambientes acadêmicos de iniciativa privada, exige mais espaços para as manifestações. Em São Paulo, a Associação Cultural do Negro exemplifica a nova configuração socioeconômica (DOMINGUES, 2007). Com o Carnaval disciplinado pelo Estado, entrega-se um dos vários elementos que aponta para consolidações da empreitada de branqueamento da sociedade brasileira (SANTOS, 2001), sustentadas pelo racismo estrutural herdado do mal planejamento de inclusão da população negra. A luta pela igualdade racial volta-se para a exigência de políticas públicas que incidam nos direitos básicos da cidadania (DOMINGUES, 2007).

O ano de 1960, diante a continuidade dos processos de marginalização, torna-se um marco para os movimentos negros no mundo. Este é o Ano Africano, inspirado na movimentação dos países africanos pela independência, despertando a atenção da comunidade negra para os ideais africanos revolucionários. (SANTOS, 2001).

1.2.2.1 No contexto do Regime Militar⁵

Como Golpe Militar de 1964, os movimentos sociais de todas as vertentes e categorias são forçados a viver na clandestinidade, realizando suas articulações fora do alcance do regime ditatorial. Uma sequência de medidas proibicionistas é imposta verticalmente aos brasileiros, como os Atos

⁵ Petrônio Domingues, Movimento Negro Brasileira: alguns apontamentos históricos, Tempo [online]. Vol. 12, n.23, pp. 100-122. 2007.

Institucionais, normativas que se fincaram como determinantes acima da Constituição Nacional. Do mesmo modo foram decretadas como proibidas as propagandas de guerra, de subversão a ordem, de preconceito de raça e classe social (DOMINGUES, 2007). Com esse recurso, procura-se um extremo controle dos movimentos sociais e de possíveis influências contestadoras, direcionadas à organização autoritária vigente, o que propicia o campo institucionalizado para a invisibilidade do racismo na sociedade brasileira.

Os movimentos sociais negros ganhavam força junto à classe de intelectuais e a ascendente classe média negra gerando inseguranças para as agências de controle, que viam nesses grupos possíveis arranjos reivindicatórios, entendendo no discurso desses grupos apontamentos para uma superioridade negra.

Como descrito anteriormente, é possível compreender em linha cronológica precisa como se desenrolou o processo de branqueamento da população brasileira, expressos no intervalo de 1872 a 1940 (DOMINGUES, 2007). Os investimentos no branqueamento seguem durante o Regime Militar, como, por exemplo, no banimento da cultura negra através das proibições de propaganda de raça, que colocou na ilegalidade a afirmação pública dos valores étnicos e raciais.

Marcos importantes na luta antidiscriminatória devem ser pontuados, como o 13 de maio de 1968, data da comemoração de 80 anos da extinção da escravidão e que apresenta notável aumento da vivacidade do Movimento Negro estudantil, evidente na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (DOMINGUES, 2007).

Entretanto, a visão da esquerda da época ainda permanece na fala de focalização na luta de classes e na superação do capitalismo, assunto que é recorrente desde a entrada e influência do Partido Comunista Brasileiro. A economia é um forte norte para os conflitos políticos durante o Regime Militar, sendo em algumas organizações é a única pauta debatida (DOMINGUES, 2007).

1.2.3. A ascensão do Movimento Negro⁶

A década de 1970 mostra-se como momento ápice para os movimentos negros sociais organizados. A partir de 1960, com a entrada das universidades particulares no conjunto educacional voltado ao ensino superior, é perceptível, nos anos subsequentes, o aumento do envolvimento de uma classe universitária negra nas lutas antidiscriminatórias (SANTOS, 2001), concebendo identificações da população negra com grupos negros qualificados profissionalmente.

Há também uma forte movimentação de resgate da cultura africana, saindo das questões estéticas apenas para a valorização de expoentes e lideranças de peso histórico para o Movimento Negro mundial, como Malcon X, Martin Luther King, Ângela Davis, Almícar Cabral e Agostinho Neto (SANTOS, 2001) e organizações negras marxistas norte-americanas e afro-lusitanas (DOMINGUES, 2007).

Em 1972, liderado por Iracema de Almeida, a primeira mulher negra a ingressar na Faculdade Paulista de Medicina, organiza-se o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Universitários Negros, a GTPLUN, configurando um símbolo para a presença da classe média negra organizada e politizada (SANTOS, 2001). Nos anos seguintes, a formação de coletivos negros culturais e/ou políticos aumenta consideravelmente, sendo 1974 o ano de constituição de grupos importantes: a Casa de Cultura e Progresso (CACUPRO); Centro de Arte Negra (CECAN); Centro de Cultura Afro-Brasileira (CEBAN) (SANTOS, 2001). São importante resultados para a movimentação negra organizada, que acompanha a explosão educacional nos anos 1970, aproveitando o aumento do ensino privado, que é a solução do Estado para a crise de vagas no ensino superior compreendida nas relações da sociedade civil com o poder público a partir dos anos 1960 (SANTOS, 2001).

⁶ Petrônio Domingues, Movimento Negro Brasileira: alguns apontamentos históricos, Tempo [online]. Vol. 12, n.23, pp. 100-122. 2007.

1.2.4. 3º Período – 1978 – 2000⁷

Segundo Domingues (2007), com a continuidade da valorização da cultura e raízes negras, altera-se a compreensão sobre a mestiçagem. O fenômeno de miscigenação de etnias começa a ser visto com maus olhos, entendimento liderado pela classe negra politizada da época, baseado no processo de branqueamento da sociedade brasileira. Torna-se de extrema relevância a manutenção e preservação do elemento negro, seguindo um sentimento de enaltecimento da cultura africana e percebendo os estímulos para as famílias inter-raciais como estratégia das classes dominantes para o genocídio do negro no país.

O ano de 1978 apresenta-se como a primavera do Movimento Negro, impulsionado por uma organização política e cultural bem estruturada e pelos recorrentes episódios de violações de direitos humanos, protagonizados pelo governo ditatorial dos militares, o que proporciona uma demarcada potência político-cultural em funcionalidade, originando a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em junho do mesmo ano. A MNUCDR ou, em abreviação, MNU exprime-se como uma organização marxista, de orientação trotskista, convergência socialista. Sua proposta principal é unificar a luta antirracista no Brasil, levando as manifestações para as ruas, atingindo assim adesão de muitos militantes e notória visibilidade em amplitude nacional (DOMINGUES, 2007).

Neste processo, resgata-se o personagem Zumbi dos Palmares, importante líder de resistência à dinâmica escravocrata, sendo referência para as formações quilombolas em todo território nacional. Zumbi é trazido para o campo representativo das lutas do Movimento Negro, entregando para a sociedade a bandeira do “Negro no poder”, em substituição a Mãe Preta, símbolo de passividade do negro, o que ocasionou também a alteração das datas comemorativas para as reivindicações da MNU, deixando o dia 13 de maio marcado como dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, e transferindo para o dia 20 de novembro, suposta data de morte de Zumbi dos Palmares, a data

⁷ Petrônio Domingues, Movimento Negro Brasileira: alguns apontamentos históricos, Tempo [online]. Vol. 12, n.23, pp. 100-122. 2007.

para celebração da identidade negra, eleita como Dia Nacional da Consciência Negra (DOMINGUES, 2007).

O Regime Militar encaminha-se para seu colapso, com perceptíveis clamores populares para o processo de redemocratização do país. Com a participação do Movimento Negro, é trazido para as pautas de debate como pré-condição para retomada da democracia a luta contra a discriminação racial (DOMINGUES, 2007), como necessidade na formulação das plataformas partidárias, implicando a sociedade como um todo na luta de libertação de antigos paradigmas segregacionistas.

Dado o final o Regime Militar em 1985, o Movimento Negro continua suas reivindicações pelo fim do mito da democracia racial ao longo das décadas subsequentes. Pautados na escravidão e no sistema capitalista como principais causas da marginalização (DOMINGUES, 2007), o Movimento Negro articula-se utilizando métodos para luta vinculados a manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base e formação de um movimento nacional, no combate ao racismo institucional, estruturante para a sociedade brasileira.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, são promulgadas medidas legislativas direcionadas à resolução de questões raciais, entendidas como conquista no plano institucional. São estas:

- Ato de disposições constitucionais transitórias – Artigo 68, no título X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Delimita-se aos grupos que permaneceram nas comunidades quilombolas o direito definitivo de propriedade dessas terras, cabendo ao Estado torná-los proprietários legítimos através da emissão de títulos.
- Lei Nº 7.716/89 – Define como crime inafiançável, com reclusão de 5 anos os atos de discriminação racial, recebendo a alcunha de Lei Caó.

Na sequência, os anos 2000 entregam novas determinações legislativas para a proteção social da população negra e preservação do entrelaçamento da cultura negra na identidade dos brasileiros:

- Lei Nº 10.639/03 – Define como obrigatório para as instituições de ensino, estabelecendo diretrizes para a base educacional brasileira, a inclusão no currículo oficial a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

- Lei Nº 10.678/03 – Institui a criação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR.
- Lei Nº 12.288/10 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

A compreensão sobre o genocídio da população negra, em especial da juventude, segue em debate somado a instrumentos estatísticos e indicadores que entregam dados concretos sobre a situação. Mesmo com todas as conquistas institucionais e visibilidade do Movimento Negro em amplitude nacional, a marginalização do negro na sociedade e a invisibilidade do racismo institucional e estrutural persistem nas organizações sociais do Brasil. A vulnerabilidade da população negra configura-se como social, não apenas ligada a fatores econômicos, mas principalmente à participação política e reconhecimento social de suas características culturais e étnicas. Tratando de juventude negra, têm-se as contribuições do Círculo Palmarino, corrente nacional do Movimento Negro, fundada em 2005. Através de suas publicações, observam-se questões de segurança pública ligadas às medidas proibicionistas antidrogas, articuladas pelas ações das policiais militarizadas, tendo como principais vítimas dessa a juventude negra. Essas informações são encontradas nas edições do Mapa da Violência, publicação atualizadas anualmente pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, desde 1998.

Com fundamentos históricos, o racismo institucional perpetua os bloqueios para a população preta, pobre e periférica na garantia de direitos como cidadãos brasileiros. (EXECUTIVA..., 2013). Portanto, é destacada a relevância das mobilizações sociais e a disseminação da matriz africana como integrante básico na história nacional.

Em 2009, o Círculo Palmarino passa de agrupamento de quadros reivindicatórios para eleger uma executiva nacional e coordenações nacionais, no I Encontro Nacional, com propostas de direcionar esforços na unificação do Movimento Negro e no combate ao extermínio/faxina étnica: o genocídio da população, atingindo, principalmente, os pretos, pobres e periféricos. Nesse sentido, é delimitada a importância para as referências do movimento serem territorializadas nos espaços de maior demanda, utilizando iniciativas e ações

culturais como meios eficientes para melhorar a qualidade de vida dos jovens em vulnerabilidade.

O Círculo caracteriza-se pelas ações de eixos entrecruzados, com projetos culturais voltados às comunidades e trabalhos desenvolvidos em comitês, encontros e articulação no atendimento da população negra. Seu funcionamento tem como modelo a corrente socialista revolucionária, e apresentou dificuldades na transição de agrupamento de quadros para a unificação do Movimento Negro. Agrupamentos de quadros não conciliam as reivindicações, colocando obstáculos para a adesão de novos militantes, sob o eixo estruturante da luta contra a faxina étnica. Outro impedimento na atuação é a reprodução de dinâmicas de outros movimentos (estudantil, sindical, popular e tradicional de esquerda), enfatizando a elaboração de uma maneira autônoma de gestão do movimento. (EXECUTIVA... , 2013).

Sobre o Estatuto da Igualdade Racial (2010), seu principal eixo é a promoção e igualdade, por meio de ações afirmativas, para prevenção da discriminação e não apenas uma justiça passiva que é acionada pós os atos e expressões do racismo no cotidiano.

Neste documento, afirmam-se as obrigações da União, Estados e Distrito Federal em separar recursos para financiar ações de promoção de igualdade, para formulação, planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas sociais eficazes, considerando a pluralidade e diversidade como fatores a serem assegurados. Assim, em todas as grandes áreas dos serviços públicos (saúde, educação e desenvolvimento social) devem sintonizar-se as discussões sobre as questões raciais e de gênero. É obrigação de todos participantes da conjuntura nacional o respeito e incorporação da cultura afro-brasileira na sociedade civil (CEERT, 2012).

As lutas antirracistas continuam e encontram empoderamento na produção cultural e no resgate das matrizes africanas. As linguagens das periferias, proferidas pela juventude negra marginalizada, são diversas, buscando nas artes gráficas, na música, na literatura e nas artes plásticas meios de alcançar visibilidade para as denúncias de problemáticas sociais que persistem, determinadas por negações do negro pela sociedade civil e cristalizadas na historicidade das transformações do Brasil.

1.3. A Juventude negra brasileira contemporânea

Com base no Censo 2010, foram mapeados 51.330.566 jovens de 15 a 29 anos em terras brasileiras que compõem um agrupamento determinante na garantia de seus direitos, sendo possíveis alicerces para o desenvolvimento nacional (SNJ/SG-PR, 2014). Aponta-se o dado percentual de 27% de jovens dentro da totalidade populacional. Na categorização étnico-racial, tratada a partir da autodeclaração dos sujeitos entrevistados, a parcela de negro corresponde a 53,7%, abrangendo respostas entre pretos e pardos, resulta em 27,5 milhões de pessoas, com uma prevalência de 84,8% de indivíduos nascidos em territórios urbanizados.

Neste contexto, localiza-se a população negra historicamente marginalizada, com maiores dificuldades no acesso de equipamentos públicos na garantia de seus direitos básicos, impedidos pela desigualdade racial, violência simbólica e, muitas vezes, violência física, fatores que se mostram sustentados pelo racismo institucional, presente na organização dos equipamentos públicos e no oferecimento de seus serviços, e pelo racismo estrutural, elemento que está intimamente ligado com o desenvolvimento político econômico e sociocultural do Brasil. (SNJ/SG-PR, 2014).

Em 2014, A Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República, em conjunto com as Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial produzem o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade, documento de acesso gratuito disponível no endereço eletrônico da SNJ que entrega subsídios para as discussões sobre as questões raciais em âmbito nacional.

São classificadas as 27 unidades federais no cálculo de vulnerabilidade à violência da juventude brasileira, englobando um indicador de desigualdade racial no espectro da violência entre jovens. O indicador apresentado é resultante da razão entre a taxa de mortalidade violenta de jovens negros e a taxa de mortalidade violenta de jovens brancos, recebendo a nomeação de risco relativo. Esse indicativo de risco relativo relaciona-se com outros indicadores sociais como mortalidade por homicídio, mortalidade por acidente de trânsito, frequência

à escola, situação de emprego, indicador de pobreza e indicador de desigualdade, resultando no índice sintético de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial (IVJ).

Assumem-se valores de IVJ mais próximos a 1 como indicativos de mortalidade entre as duas variáveis usadas no cálculo, isto é, sem diferença significativa para a mortalidade violenta entre negro e brancos. Assim, se compreende maiores valores como um apontamento para maiores proporções de jovens negros mortos quando comparados a jovens brancos. Na avaliação do IVJ constata-se que os valores variam de 0,0 a 1,0, revelando que maiores valores indicam grande vulnerabilidade dos jovens negros na territorialidade daquele contexto. Em sequência, apresenta-se a Tabela 2 com os Índices de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, que adota os indicadores explicitados.

Tabela 2: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014 e seus componentes, ano base 2012.

Unidade da Federação	IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2012	Componentes					
		Indicador de mortalidade por homicídio - 2012	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito - 2012	Indicador de frequência à escola e situação de emprego - 2012	Indicador de pobreza - 2012	Indicador de desigualdade - 2012	Risco relativo de homicídios entre negros e brancos - 2012
Acre	0,372	0,203	0,076	0,640	0,791	0,296	3,82
Alagoas	0,608	0,909	0,242	0,911	0,872	0,186	8,75
Amapá	0,489	0,382	0,259	0,563	0,664	0,650	2,63
Amazonas	0,418	0,375	0,154	0,542	0,648	0,451	3,67
Bahia	0,478	0,584	0,312	0,620	0,662	0,260	3,54
Ceará	0,502	0,531	0,499	0,604	0,734	0,183	4,01
Distrito Federal	0,294	0,466	0,017	0,097	0,242	0,632	6,53
Espírito Santo	0,496	0,632	0,660	0,437	0,334	0,350	5,91
Goiás	0,384	0,490	0,557	0,328	0,355	0,144	2,61
Maranhão	0,451	0,201	0,443	0,709	0,862	0,158	2,80
Mato Grosso	0,439	0,287	0,834	0,434	0,422	0,186	1,97
Mato Grosso do Sul	0,377	0,168	0,634	0,474	0,408	0,210	2,39
Minas Gerais	0,280	0,200	0,272	0,354	0,402	0,207	2,20
Pará	0,493	0,424	0,229	0,622	0,743	0,537	3,64
Paraíba	0,517	0,659	0,394	0,687	0,692	0,196	13,40
Paraná	0,408	0,313	0,768	0,386	0,266	0,251	0,66
Pernambuco	0,506	0,557	0,365	0,698	0,589	0,367	11,57
Piauí	0,477	0,091	0,777	0,628	0,807	0,154	2,76
Rio de Janeiro	0,309	0,302	0,216	0,262	0,148	0,602	2,31
Rio Grande do Norte	0,380	0,405	0,123	0,642	0,663	0,162	3,40
Rio Grande do Sul	0,230	0,159	0,141	0,379	0,286	0,233	1,67
Rondônia	0,467	0,206	0,876	0,496	0,593	0,164	1,78
Roraima	0,497	0,256	0,783	0,631	0,586	0,251	3,29
Santa Catarina	0,252	0,017	0,519	0,275	0,230	0,215	1,42
São Paulo	0,200	0,050	0,125	0,278	0,162	0,419	1,49
Sergipe	0,460	0,424	0,466	0,549	0,724	0,186	4,24
Tocantins	0,385	0,168	0,628	0,431	0,575	0,149	1,75

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial, 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As informações apresentadas na tabela indicam o IVJ para as unidades federativas brasileiras. Nota-se que há 4 regiões do Nordeste: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará, que apontam os maiores índices de violência e desigualdade. Enquanto as unidades federativas São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, possuem os menores índices, demonstrando amplitude da vulnerabilidade social nos determinados locais.

A maioria dos jovens enquadrados em situação de vulnerabilidade à violência abarcam um ou alguns dos aspectos a seguir: (a) localizam-se entre 15 a 29 anos; (b) geralmente, são negros; (c) moram em territórios que expressam elevados índices de violência; (d) são membros de organizações familiares em situação de vulnerabilidade social, com renda *per capita* de até R\$140,00; (e) usualmente não estudam, podendo ter histórico de repetência ou demonstram insucesso escolar; (f) manifestam baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto); e (g) padecem de trabalho precário ou estão desempregados. (SNJ/SG-PR, 2015).

Anterior ao IVJ, para a compreensão das circunstâncias de desigualdade social e violência sofridas pela população em vulnerabilidade social utiliza-se como instrumento de estudo o “Mapa da Violência”. Realizando trabalhos estatísticos sobre relações sociais desde 1998, o Mapa da Violência apresenta-se com uma elaboração da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), sob coordenação de Julio Jacobo Waiselfisz, auxiliando o Ministério da Saúde na obtenção de informações quantitativas sobre os índices de violência em amplitude nacional. Na edição de 2012 a tabela “A Cor dos Homicídios no Brasil”, mostra que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 eram jovens, com maior incidência na faixa entre 20 e 25 anos, dos quais 76,6% são negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Em Anexo, localiza-se a Tabela “Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça/cor”, de onde foram extraídas as informações mencionadas acima.

Até os 12 anos de idade as taxas de homicídio entre brancos e negros não se diferenciam. A partir dessa idade, contudo, observa-se uma escalada de crescimento da violência homicida, tanto branca quanto negra, atingindo o ponto máximo na faixa de 20 a 21 anos de idade. No intervalo que vai dos 12 aos 21 anos, porém, o crescimento passa a ser muito mais acentuado entre os negros: as taxas para as pessoas brancas

passam de 1,3 para 37,3 em cada 100 mil (crescimento de 29 vezes). Já as taxas para negros passam, nesse mesmo intervalo, de 2,0 para 89,6, representando um incremento de 44 vezes” (SNJ/SG-PR, 2014, p. 14).

Com o suporte da publicação “Caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil”, da SG/PR, em conjunto com a SNJ e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, observam-se as atuações do Movimento Negro Brasileiro, sempre trazendo em suas pautas a situação de vulnerabilidade e risco de vida presente entre os jovens negros. Desde os anos 1980, com campanha “Não Matem Nossas Crianças”, a inspeção das lideranças politizadas e os agrupamentos negros reúnem esforços para realçar a problemática da violência. A campanha “Reaja ou será Morto, Reaja ou será Morta”, criada em 2005, nas escadarias da Secretaria de Segurança Pública de Salvador/Bahia – SSPSSA/BA, o Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE, realizado em 2007 em Lauro de Freitas/BA e a Conferência Nacional de Juventude, sucedida em 2008 no DF/Brasília, também são evidências de articulações do Movimento Negro com seus distintos segmentos que constantemente trabalham para denunciar ao poder público e a sociedade civil a situação do jovem negro brasileiro.

Destaque para a 1ª Conferência Nacional de Juventude, evento que alinhou as pautas das organizações compreendidas no Movimento Negro para a construção de propostas no combate ao extermínio da população negra. Nesse sentido, o genocídio da juventude negra torna-se reivindicação norteadora para guiar a Política Nacional de Juventude.

No período atual do Movimento Negro, vale ressaltar as principais vertentes reivindicatórias: A Juventude Quer Viver, Eu Pareço Suspeito?, Jovem Negro Vivo, Juventude Marcada para Viver, Por que o Senhor Atirou em Mim?, Reaja ou será Morto, Reaja ou será Morta, a Marcha contra o Genocídio contra o Povo Negro e o Movimento Mães de Maio. Essas organizações são responsáveis pela atualização dos requerimentos da Sociedade Civil a serem englobados pelos poderes públicos nos níveis municipal, estadual e federal e transformados em ações pelo Legislativo e Judiciário.

1.3.1 O Plano Juventude Viva: construção e descrição

A sistematização da construção do Plano pode ser encontrada no livreto “Caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil”, da SG/PR, SNJ e SEPPIR e a descrição no “Guia de Implementação para Estados e Municípios”, organizados pelos mesmos órgãos governamentais. O Plano Juventude Viva foi criado pelo Governo Federal como resposta às exigências do Movimento Negro, levantadas nas Conferências Nacionais de Juventude, tendo suas elaborações iniciadas em 2011, com o início da primeira gestão da Presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2014), com processo abertamente participativo, contemplando a definição do combate à violência contra a juventude negra, sendo preferencialmente votado pela juventude presente na 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008, com retomada nos encaminhamentos na 2ª Conferência Nacional de Juventude de 2011. Destacam-se as Conferências de Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Segurança Pública como campos de concretização das demandas da juventude negra, também realizadas em 2011.

Como premissa foram desenvolvidos quatro fóruns intersetoriais participativos, direcionados ao encontro interministerial em conjunto com a sociedade civil para discutir temas estruturantes para políticas sociais igualitárias: Fórum de Combate à Extrema Pobreza, Fórum de Direitos e Cidadania, Fórum sobre Desenvolvimento Econômico e Social, Fórum sobre Infraestrutura e Gestão. Partindo dessas reuniões, iniciam-se os processos de elaboração do Plano Juventude Viva.

Em 2006, o CONJUVE, em diálogo com a SNJ, elaborou as diretrizes e perspectivas da Política Nacional de Juventude. O Estatuto da Juventude, tratando dos direitos da população jovem entre 15 a 29 anos e definindo princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal, teve um longo processo de discussão até ser finalmente aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff em 5 de agosto de 2013. Com isso, a juventude conquistou finalmente o direito de ser reconhecida como “sujeito de direitos” que demanda políticas públicas específicas, considerando a multiplicidade, desigualdade e diversidade que permeiam as questões da juventude. (SNJ/SG-PR, 2014, p. 8).

O primeiro nome indicado para o Plano foi “Agenda Mortalidade da Juventude Negra”, entendendo as demandas mais urgentes provenientes da população jovem negra, posteriormente substituído pelo nome Juventude Viva. No citado Fórum de Direitos Humanos e Cidadania compreende-se a importância do diálogo interministerial para a elaboração de planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas voltadas para as vulnerabilidades das juventudes nacionais.

Desde então, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, coordena as ações do Plano Juventude Viva, que envolvem 11 ministérios focalizando 132 municípios brasileiros que concentravam 70% dos homicídios de jovens negros no ano de 2010. (OLIVEIRA, 2013).

O Juventude Viva - Plano de prevenção à violência contra a juventude negra, busca a superação e combate dos acontecimentos que envolvem violência, apresentando-se como um caminho para a consolidação dos direitos da pluralidade juvenil e entregando uma nova possibilidade para a sociedade civil no combate ao racismo, através de promoção de políticas de igualdade racial, para romper com o longo histórico e perpetuação dos estigmas que a juventude e população negras sofrem.

É lembrado como marco fundamental para a criação do Plano, o Fórum de Direitos Humanos e Cidadania (2011), organizado pela SG/PR e coordenado pelas Secretarias de Direitos Humanos/Presidência da República (SDH/PR), Secretaria de Políticas para Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – (SPM e SEPPIR), além dos Ministérios da Cultura (MinC) e do Esporte (ME). Os Ministérios da Saúde (MS), Comunicações (MC), Justiça (MJ), Trabalho e Emprego (MTE), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Pesca e Aquicultura (MPA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Educação (MEC) e Secretaria de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJ), entre outros órgãos públicos que compuseram as discussões, no sentido de desenvolver políticas de garantia de direitos, exercício da cidadania e desenvolvimento sustentável, com as propostas de

descentralização das ações, para a construção de atendimentos direcionados para as dinâmicas locais, nas quais o Plano seria implementado.

Dessa forma, este Guia [de Implementação para Municípios e Estados do Plano Juventude Viva] se volta para as atividades de articulação e pactuação inter e intragovernamental, buscando estabelecer as responsabilidades dos entes e âmbitos da federação envolvidos. O objetivo é contribuir para a garantia da execução das ações e a avaliação de seus resultados, por meio do monitoramento e da avaliação do percurso, possibilitando que os resultados propostos sejam atingidos. (SNJ/SG-PR, 2014, p. 11)

1.3.1.2 Estruturação do Plano Juventude Viva

O Plano Juventude Viva (2013) organiza-se em eixos correspondentes a 4 grandes princípios norteadores. São esses, ordenados segundo o Guia de Implementação para Estados e Municípios: Eixo 1 – Desconstrução da cultura de violência; Eixo 2 – Inclusão, oportunidade e garantia de direitos; Eixo 3 – Transformação de territórios; e Eixo 4 – Aperfeiçoamento institucional, considerados diretrizes básicas para as formulações e organizações das ações e programas do Plano.

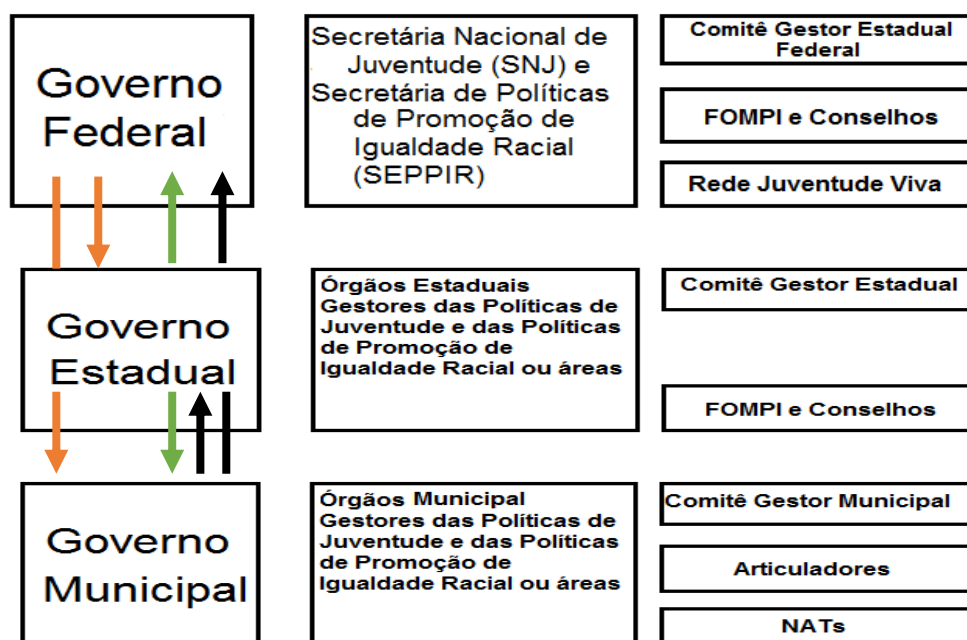


Figura 1 - Arranjo Institucional do Plano Juventude Viva. Fonte: SNJ/SG-PR, 2014

Para a execução do Plano Juventude Viva, obedece-se a um arranjo institucional que viabiliza as ações e articulações das instâncias do Poder Público. Como apresentado na figura 1, Arranjo Institucional do Plano Juventude Viva, os três níveis organizacionais do Estado operam para o planejamento, execução e monitoramento, dialogando entre si e realizando fomentos financeiros e de informações.

No âmbito Federal, encontram-se a SNJ e a SEPPIR controlando o Comitê Gestor Federal, instituído pela Portaria Interministerial nº 29, de 22 de maio de 2013, para promover a articulação entre os órgãos federais na execução do Plano, o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos – FOMPI, responsável pela formação de representantes dos Ministérios que constituem o Comitê Gestor com a participação de representantes de arranjos da sociedade civil sem fins lucrativos, de conselhos federais de políticas públicas e de movimentos sociais para o desenvolvimento de trabalhos nas áreas da juventude, direitos humanos, segurança pública e promoção da igualdade racial e a Rede Juventude Viva, que busca o diálogo com as distintas ramificações da sociedade civil, atuantes nas causas pela juventude.

Com o Governo Estadual, delimita-se a estimulação do combate à violência através dos órgãos estaduais gestores, intervindo nas instituições públicas e na sociedade civil. Suas instâncias de articulação específicas são o Comitê Gestor Estadual e FOMPI que, respectivamente, realizam as mesmas ações de seus similares do âmbito federal, incluindo serviços públicos como o Judiciário e as Defensorias Públicas.

Em nível Municipal, são definidos os territórios para atuação do Plano Juventude Viva via diagnóstico e mapeamento territorial, contando com a articulação e composição dos Núcleos de Articulação (NAT), que também se envolvem nas ações de prevenção da violência no território em questão. O Comitê Gestor Municipal, como nos âmbitos federal e estadual, mostra-se com esfera estratégica para a execução do Plano, acionando representantes e suplentes das seguintes alçadas: Casa Civil/Subprefeitura, Educação, Saúde, Políticas de Igualdade Racial, Trabalho, Juventude, Desenvolvimento Social, Justiça/Segurança Pública/Segurança Urbana, contando com a indispensável atuação da sociedade civil e suas organizações que discutem políticas públicas

municipais voltadas a juventude, caso de inexistência de conselhos instituídos. Nos NAT's reservam-se espaços para os seguintes conselhos: Conselho Municipal de Juventude, Conselho Municipal de Igualdade Racial, Conselho Municipal de Segurança Pública, Direitos Humanos ou afins e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Conta-se também com as ações dos Articuladores, moradores dos territórios aderidos ao Plano, empregados pela Coordenadoria de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, do município em questão, por meio de edital, com contratos de um ano.

A adesão ao Plano Juventude Viva por parte dos Estados e Municípios não é obrigatória, exceto para as regiões que demonstram altos índices de vulnerabilidade social, violência e mortalidade. O Governo Federal, junto às Secretarias coordenadoras do Plano, estabelece duas formas de adesão: a pactuada e a voluntária. A Adesão Pactuada destina-se as áreas incluídas na lista de áreas prioritárias para a realização do Plano, na qual o pacto se dá por conta da participação, financeira e avaliativa, do Governo Federal. A adesão Voluntária destina-se para implementação municipal do Plano, valendo o destaque para o não repasse direto de recursos em nenhuma das modalidades de adesão. Em anexo, encontra-se a Lista 1 – Municípios aderidos ao Plano Juventude Viva até 2014, que informa em panorama nacional a vinculação dos territórios com o a política pública para juventude em questão.

Ressalta-se a importância para o Diagnóstico Local como passo inicial na delimitação dos problemas territoriais. É responsabilidades dos Conselhos Gestores, em todas as esferas governamentais, a identificação dos problemas relacionados à violência, para a eficácia na listagem das áreas prioritárias. Dessa forma, a viabilização do monitoramento e execução tornam-se mais instrumentalizadas, contribuindo para as gestões governamentais como em sua totalidade. No Anexo A, segue a Folha Matriz de Registros para as ações desenvolvidas via Plano Juventude Viva para os territórios aderidos. Até o Ano de 2015, foram computados 142 municípios aderidos, que exercem as ações do Plano por meio das Subprefeituras para alcançar os bairros.

1.3.1.3 Ações e programas relacionados ao Plano Juventude Viva

No intervalo entre 2012 a 2014, foram organizadas 30 ações e 25 programas federais para na realização do Plano. Para efeito descritivo, apresentam-se as medidas a partir de suas especificidades:

- **Juventude:** Estação Juventude e Campanha Juventude Viva;
- **Saúde:** Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e Outras Violências, Núcleo de Prevenção de Violência e Promoção de Saúde, Academia de Saúde, Programa Mais Médicos, Programa Saúde na Escola;
- **Cultura:** Núcleo de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra, CEU das Artes, Cultura Viva - Pontos de Cultura, Brasil Plural – Prêmio Hip Hop e outras manifestações culturais;
- **Justiça:** Protejo Mulheres da Paz, Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em situação de Violência;
- **Educação:** ProJovem Urbano e ProJovem Urbano em Unidades Prisionais, Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI, Programa Mais Educação, Programa Saúde na Escola, PRONATEc;
- **Trabalho:** Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária, ProJovem Trabalhador;
- **Esporte:** PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade, Programa Segundo Tempo (Padrão), Programa Segundo Tempo na Escola – Esporte na Escola, Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais, Programa Segundo Tempo – Navegar, Centro de Iniciação ao Esporte;
- **Desenvolvimento Social e Combate à Fome:** Proteção Social Básica – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Proteção Social Especial – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos, Plano

Brasil Sem Miséria – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Profissionalizante – PRONATEc/Brasil Sem Miséria;

- **Direitos Humanos:** Oficinas de Implementação do Guia de Redução de Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens - Oficinas PRVL;
- **Capacitação de Gestores e Servidores:** Capacitação para Profissionais de Segurança Pública, Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça, Oficinas para o enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no sistema de Saúde, Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional.

Aliados às ações e aos programas federais, demarca-se a participação dos Ministérios e as políticas públicas elaboradas, mantendo a juventude como público alvo, compondo a transversalidade de órgãos, equipamentos, dispositivos e serviços públicos disponibilizados. Organizado por Sposito e Carrano (2003), torna-se possível esquematizar as políticas oferecidas anteriormente à criação e implementação do Plano Juventude Viva, que compuseram bases para a estratégia intersetorial que se apresenta, sendo estas:

- **MEC:** Programa de Estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G) e Projeto Escola Jovem;
- **ME e Ministério do Turismo - MTur:** Jogos da Juventude Olimpíadas Colegiais e Projeto Navegar;
- **MJ:** Serviço Civil Voluntário Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, Promoção de Direitos de Mulheres Jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual Comercial no Brasil;
- **MS:** Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem
- **MTE:** Jovem Empreendedor;
- **Ministério da Previdência Social - MPAS:** Centros da Juventude;
- **Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq:** Prêmio Jovem Cientista e Prêmio Jovem Cientista do Futuro;

- **SG/PR e Comunidade Solidária:** Programa Capacitação Solidária e Rede Jovem;
- **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG:** Brasil em Ação/Grupo Juventude.

Para visualização dos órgãos públicos, faz-se necessário a apresentação das secretarias municipais e dos ministérios atuantes, direta e indiretamente, e associados na sustentação do Plano Juventude Viva. Sobre as secretarias municipais, encontra-se entrada para participação das: SMDHC, Secretaria Municipal de Igualdade Racial (SMPIR), Secretaria Municipal da Segurança Urbana (SMSU), Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal da Cultura (SMC), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM), Secretaria Municipal de Serviços (SES), Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP) e Secretaria Executiva de Comunicação (SECOM).

1.4. Contribuições Analítico-Comportamentais para construção da Cultura de Paz

A possibilidade de interpretação das iniciativas do Plano Juventude Viva por um saber psicológico pode estabelecer diálogo com as contribuições de Burrhus Frederic Skinner, Murray Sidman, Mark Mattaini e contemporâneos, cientistas da Análise do Comportamento, para o entendimento da construção de uma cultura de paz. Nesse sentido, a primeira aproximação que se coloca é o posicionamento científico do Behaviorismo Radical, escola filosófica que delimita o comportamento, público ou privado, como norteador fundamental para suas investigações, que possui como precursor B. F. Skinner (1904 – 1990).

Assim, pelo menos dois sentidos da relação objetividade-subjetividade podem ser identificados. Em relação ao primeiro deles, o behaviorismo radical substitui as designações objetivo e subjetivo pelas designações público e

privado. Na medida em que puderem ser tomadas como sinônimos - e apenas nesta medida - pode-se afirmar, em relação ao primeiro aspecto, que tanto o comportamento objetivo quanto o subjetivo interessam ao behaviorismo radical, mas que qualquer contraposição ou divisão estrita entre eles é estranha a esta filosofia.

Em relação ao segundo sentido, ligado à controvérsia realismo-idealismo, o behaviorismo radical considera a discussão pouco produtiva, e não subscreve nenhuma das duas opções. Enquanto filosofia pragmatista/contextualista, o behaviorismo radical questiona a própria validade da discussão do problema em sua exposição tradicional. O behaviorismo radical tende a transformar questões ontológicas (como aquelas apresentadas pela oposição realismo-idealismo) em questões epistemológicas: interessa-nos perguntar não “o que conhecemos”, mas “o que é conhecer”. (SKINNER, 1974, p. 144).

Dittrich (2005) informa que comportamento também engloba o conhecimento, entendendo que é possível explicar a variedade de ramificações do conhecimento com os mesmos meios usados para explicitar a pluralidade do comportar-se, e desse modo dar continuidade para as investigações sobre o comportar-se humano.

Ao estudar comportamentos violentos apresenta-se a definição de controle coercitivo, profundamente estudada por Sidman (2011), simplificando o conceito através dos termos do senso comum “jugo e ameaça”, utilizando-os para exemplificar o comportamento coercitivo, no qual categorias de consequências, manifestas ou latentes, interferem nas respostas dos sujeitos, caracterizando esse controle por ações de punição ou reforçamento negativo.

Assim, procura-se observar as influências do controle aversivo para compreender como se dão os comportamentos, localizados em um ambiente hostil e sem possibilidades de variação em suas ações e sendo selecionados para responder a dinamismos coercitivos.

Se suas interações familiares são mantidas principalmente por reforçamento negativo - por seu sucesso em desviar-se de censura, desaprovação, ridículo ou abuso físico - tal controle coercitivo também influenciará suas interações com outras

peessoas e poderá alterar sua visão geral da vida. (SIDMAN, 2011, p.57)

É inevitável pensar como as condições ambientais disponíveis favoreçam o controle coercitivo. Retomando fundamentos, a Psicologia Comportamental possuem bases nas ciências naturais e em concepções darwinianas sobre a variação dos comportamentos nos organismos e seleção ambiental para a perpetuação da espécie, a variabilidade é precisa para manter e criar comportamentos (CATANIA, 1999), proporcionando aos processos de seleção natural adaptação nos organismos.

Assim, entrega-se real funcionalidade do ambiente em nosso repertório comportamental, o que mostra a importância de entender de maneira clara e objetiva como o ambiente se apresenta. Nos contextos urbanos, a coercitividade está em toda parte, evidenciando não apenas um ambiente físico hostil, marcado pelos aspectos climáticos, mas também um ambiente social que produz marginalização, permeado por empreendimentos capitalistas, vindos de dinâmicas neoliberais. Dessa forma, chega-se ao conceito de comportamento social, definindo-o como a inter-relação entre pessoas, que se inserem em um contexto comum (SKINNER, 2003 [1953]). Sendo assim, a adaptação humana necessita de contextos favoráveis para a sua perpetuação, tanto no espaço físico quanto em comunidade.

No entanto, é utópico pensar em ambientes controlados em tal nível, e o que se apresenta é a hostilidade:

Temos a expectativa de ser alertados, intimidados, ameaçados, empurrados e talvez espancados até mesmo por aqueles que nos empregam, ensinam, protegem, governam ou amam. Ameaças de punição, privação ou perda são prática-padrão nos locais de trabalho e sala de aula, estabelecem uma relação de dominação unidirecional, entre polícia e cidadão, fornecem as bases para atingir objetivos políticos e até mesmo dão colorido para as interações mais íntimas dentro das famílias. (SIDMAN, 2011, p. 41)

Então, as práticas violentas e a punição tornam-se nítidas e comuns entre aqueles que se comportam, definindo punição a partir de dois tipos de contingências: a supressão de reforçadores positivos e a geração de reforçadores negativos (SIDMAN, 2011).

Realça-se que a punição desencadeia efeitos colaterais, consequências da punição anuladoras de vantagens, tornando-se atribuidoras de problemas um tanto incontrolláveis, para indivíduos e suas relações, tornando elementos do ambiente, que antes eram neutros, em punidores (SIDMAN, 2011). Portanto, mencionar a ação dos punidores condicionados auxilia na compreensão das contingências de punição.

Uma vez que um elemento do ambiente adquire controle, sinalizando um reforçador ou punidor particular, o sinal em si mesmo tornar-se-á um reforçador ou punidor potencial. Sua função particular dependerá do tipo de contingência por meio da qual ele passou a controlar. Consequências comportamentais significativas, reforçadores ou punidores condicionados são criados desta maneira. (SIDMAN, 2011, p. 97)

Diante da punição e do reforçamento negativo, as alternativas comportamentais possíveis são a fuga e esquiva do estímulo aversivo, na tentativa de autopreservação de quem sofre os efeitos do controle coercitivo. Na fuga, o contato com o estímulo aversivo será consequenciado por toda e qualquer ação que desligue a resposta do estímulo em questão. Esquiva apresenta-se como uma resposta do organismo, em certa medida, mais eficiente do que a fuga, em função da punição. Escapar para prevenir um evento aversivo torna-se evidentemente melhor do que remediar após o contato com o mesmo.

Outro aspecto do controle coercitivo é a supressão condicionada, que mantém suas causas em: “[...] (1) os sinais de aviso para (2) choques inevitáveis, sobrepostos a (3) uma linha de base de atividade positivamente reforçada.” (SIDMAN, 2011, p. 211).

Ou seja, diante de alertas de um estímulo aversivo inadiável, determinados comportamentos podem ser suprimidos. Como resultado de uma contingência de coerção, a supressão condicionada literalmente paralisa o indivíduo, impedindo que novas variações comportamentais sejam selecionadas. Todas essas características do controle coercitivo permanecem, atingindo o comportamento de muitos, pois coerção também gera coerção. Um exemplo claro são pessoas que viveram condições de exclusão por não corresponderem a padrões sociais baseados em tradições conservadoras, por exemplo, as

classes não enquadradas nos hábitos e tradições eurocentrizadas, e uma vez adaptadas podem reproduzir opressões junto àqueles que estão desviantes à norma. As formas de controles coercitivos são muito usadas e influem nos grupos sociais, trazendo para o conhecimento popular a relação direta de “uso de violência = garantia de poder”.

A agressão, em suas diversas formas, também se mostra como efeito colateral do controle coercitivo. *“Portanto, a punição e privação levam a agressão. Mas coerção induz mais do que apenas o ato agressivo em si mesmo. Depois de ser punido, um sujeito fará qualquer coisa que possa para ter acesso a outro sujeito que ele possa atacar”.* (SIDMAN, 2011, p. 221). É uma questão adaptativa, a dor/a estimulação aversiva é indesejável, e não reagir de alguma maneira a tal estímulo coloca em cheque a sobrevivência daquele que se comporta, o que implica aos sujeitos, expostos à agressividade e situações de reação violência um quase automatismo nos comportamentos violentos. Isto é, utilizando a marginalização e a formação de “clãs”, simpatizantes apenas com seus semelhantes, para observações e análises sobre as questões da violência, percebe-se que todos estão sob os efeitos do controle coercitivo são opressores e oprimidos. *“Retaliação bem-sucedida provê reforçamento rápido e poderoso. Aqueles que estavam por baixo tornam-se os poderosos, aqueles que eram os temidos opressores agora buscam seu favor.”* (SIDMAN, 2011, p. 223).

Além dos conceitos do controle coercitivo mencionados, para definir situações nas quais as contingências e condições ambientais de fato impossibilitam qualquer tipo de alternativa para o “desligamento” do estímulo aversivo, o contracontrole funciona como uma maneira alternativa de acabar com punições ou promessa de punição, fazendo com aqueles que são controlados em situações aversivas controlem seus controladores (SIDMAN, 2011), articulando resistências, rebeliões, ataques em massa, vandalismo ou qualquer outra prática que inviabilize o controle da agência controladora em questão. *“O ciclo coercitivo - controle, contracontrole, contracontracontrole e assim por diante - finalmente leva a uma supressão tão severa que deixa as pessoas com nada a ganhar por submeter-se e nada a perder por rebelar-se”.* (SIDMAN, 2011, p. 225).

Em consideração aos elementos da coercitividade, a importância de esquemas de reforçamento positivo, como um princípio norteador, é a maneira com eficácia comprovada de garantir que os sujeitos possam usufruir de possibilidade de variação de seus comportamentos, retroagindo nos comportamentos selecionados, aumentando a frequência de ocorrência e ampliando seus repertórios de respostas. A coerção é amplamente usada e está entrelaçada em todos os níveis de relações sociais e com os ambientes acessíveis à humanidade. E, não cabe considerar a ausência de controladores para os comportamentos, pois isto estaria indo contra as concepções básicas da Análise do Comportamento:

Portanto, controle comportamental não é uma questão de filosofia ou de sistemas pessoais de valor a serem aceitos ou rejeitados de acordo com nossa preferência. É uma questão de fato. Não faz sentido, portanto, rejeitar ou defender o controle comportamental. Pelo contrário, as leis do controle exigem investigações. (SIDMAN, 2011, p. 46)

Tratando de um objeto de estudo que incide em políticas e organizações sociais, faz-se necessário trazer na fundamentação teórica a ser utilizada a compreensão do comportamento humano. Sendo o conceito similar ao de outras espécies, dependendo da análise de interações entre os sujeitos e ambiente, o ambiente humano, como um grande composto de ações de outras pessoas, demonstra que uma considerável parte do comportamento humano é determinada por outros homens e mulheres em relação, o que torna possível dizer que a maioria ou que quase todo comportamento humano é social. (SKINNER, 1948/1978). A proposta skinneriana para o estudo de comportamento social é que este conceito enquadra-se na categoria de comportamento operante, ou seja, quando o comportamento social é reforçado, ocorrerá retroação no responder do sujeito, podendo aumentar ou diminuir sua probabilidade de recorrência a depender do esquema de reforçamento utilizado, de condições antecedentes, de operações motivadoras.

Para a análise do comportamento, os princípios usados para se analisar o que se chama, no senso comum, de comportamento individual podem explicar o que normalmente é chamado de comportamento social (SAMPAIO, 2008).

Entende-se o comportamento social em redes, formando um sistema de entrelaçamento de respostas, no qual ocorrem mediações de outro organismo que se comporta. A unidade da análise do comportamento social é sempre a contingência tríplice, não importando a quantidade de contingências levantadas para a explicitação de acontecimentos, privados ou públicos (SAMPAIO, 2008).

Com racismo institucional, herança do colonialismo escravista nos dias atuais, usado subliminarmente nos protocolos de serviços de atenção pública, obtém-se um entrelaçamento de contingências tríplices agindo no ambiente social, sendo compreendido pela análise do comportamento como um produto agregado. Esta definição compreende sempre um resultado originado pelos comportamentos vários sujeitos. Entretanto, um produto agregado pode não retroagir diretamente naquele que se comporta, compondo o entrelaçamento de comportamentos.

Da mesma forma que uma consequência produzida pela resposta de um indivíduo pode não se constituir um evento ambiental para tal resposta, um produto agregado não precisa afetar as relações comportamentais que o produziram para ser rotulado enquanto tal. No exemplo do deslocamento da pedra de uma tonelada, o conjunto de pegadas criado pelas dez pessoas também poderia ser considerado um produto agregado apesar de provavelmente não afetar comportamentalmente essas pessoas. Ou seja, em algumas situações há retroação do produto agregado sobre os comportamentos que o produziram, enquanto, em outras, isso não ocorre. (SAMPAIO, 2008, p. 11).

Utiliza-se uma classificação das produções agregadas a partir de três distinções (MALLOT; GLENN apud SAMPAIO, 2008): produtos agregados gerados por redes entrelaçamento de contingências vs. produtos agregados produzidos por contingências tríplices não-entrelaçadas; produtos agregados que influem sem intermédio vs. produtos agregados que influem com intermédio os responderes que os originaram; produtos agregados influem nos comportamentos que os originaram vs. produtos agregados que não afetam (SAMPAIO, 2008). Nessa classificação, a estrutura do entrelaçamento de contingências tríplices determinará a maior ou menor facilidade de alterar a produção agregada.

Na leitura proposta sobre as circunstâncias vividas pela população marginalizada, que é majoritariamente negra, as contribuições analítico-comportamentais mediam uma compreensão aproximada da historicidade e perpetuação dos acontecimentos apresentados, oferecendo interpretações coesas a realidade, desconstruindo o espaço ocupado por práticas coercitivas que subjagam pessoas, suas histórias e tradições, para alertar a importância da necessidade de comprometimento coletivo em estabelecer relações pautadas em esquemas de reforçamento positivo, propiciando a todos cultura de paz.

PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho busca realizar diálogos entre os eixos estruturantes da política pública para juventude escolhida, o Plano Juventude Viva, e pressupostos teóricos da Análise do Comportamento para a construção de uma cultura de paz, observando a implementação do Plano e suas articulações com os setores públicos implicados em arranjos transversais. Até o momento foram apontados desdobramentos do Movimento Negro organizado e suas reivindicações, os dinamismos sociais e a como são elaboradas políticas públicas sociais, por parte dos órgãos governamentais como atendimento a demandas da sociedade civil. Investigando a história da constituição do povo brasileiro, controle social e relações interpessoais pautadas em no controle coercitivo e seus segmentos, procura-se responder como estabelecer uma cultura de paz ambientada pela atual conjuntura política: o sistema capitalista neoliberal.

Portanto, o problema de pesquisa que se destaca é: partindo-se da Análise do Comportamento como fundamento teórico, analisar a proposta do Plano Juventude Viva sob a perspectiva desta estabelecer-se como uma política pública social direcionada a uma cultura de paz.

2 MÉTODO

Para compreender a coleta de dados e as respectivas análises, nesta seção serão apresentados os procedimentos utilizados para a investigação, avaliação e interpretação do material levantado.

2.1 Localização das fontes

A principal concentração de documentos pertinentes ao tema escolhido é o endereço eletrônico da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, o Portal da Juventude, plataforma pública virtual que compreende um canal de diálogo do Governo Federal com a parcela da sociedade civil interessada em políticas públicas, a fim de criar comunidades e desenvolverem integração entre si.

Nesta instância, é possível acessar a documentação necessária sobre a implementação e desenvolvimento do Plano Juventude Viva, nos territórios que realizaram adesão ao Plano. Relatórios avaliativos e de monitoramento e fontes descritivas sobre o Plano disponibilizados na plataforma caracterizam o conteúdo para a investigação realizada.

Localizado no endereço virtual <<http://juventude.gov.br/>>, o Portal da Juventude propicia o encontro das seguintes fontes: o Balanço da Gestão do Plano Juventude Viva - 2011 a 2014, o Guia de Implementação para Estados e Municípios, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade 2014, Relatório do Evento – Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil, Mapa do Encarceramento: Os Jovens do Brasil, Caminhos da Política de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra no Brasil.

Através da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e sua equipe do Departamento de Psicologia Social, torna-se alcançável o conteúdo bibliográfico disponibilizado aos participantes do Núcleo de Psicologia e Políticas Públicas, no intuito de complementar as análises. Neste referencial bibliográfico foram encontrados escritos que incidem na questão de formulação e manutenção de políticas públicas sociais, selecionados para o desenvolvimento dos programas e estágios de formação de psicólogos, delimitados pelo Núcleo.

2.2 Procedimento de análise dos dados

Para a análise dos dados coletados utilizou-se a contribuição de Laurence Bardin a respeito da Análise Documental, pois tratando-se uma análise de fontes primárias, a sistematização proposta pela autora entende o estudo documental a fim de traduzir as fontes, para facilitar a consulta e construção de referências (BARDIN, 1977), ou seja, para a abordagem analítico-documental é importante realizar uma aproximação pormenorizada, contribuindo assim no uso da referência em questão e na elaboração de novas leituras, que serão usadas posteriormente. Desse modo, a categorização das propostas feitas no Plano foi construída a partir da leitura documental, tendo nos eixos estruturantes da política pública para a juventude citada os moldes iniciais para as análises e descritas.

Após identificar esses eixos no exercício analítico, o que se propõe é a aproximação da Análise do Comportamento para interpretações crítico-conceituais, primordialmente baseada nas contribuições de Mark Mattaini, em contato às ações intersetoriais propostas no Plano Juventude Viva.

3 RESULTADOS

Delimitado como objeto de análise, o Plano Juventude Viva, seus princípios, diretrizes e eixos apresentaram-se como elementos passíveis de diálogo com os pressupostos da Psicologia Analítico-Comportamental, na construção de uma cultura de paz. Tratando-se de uma política pública nacional, gerada a partir das reivindicações do Movimento Negro organizado, com direcionamentos específicos à atenção e prevenção da violência contra a juventude, em especial a negra, a realização de aproximações e afastamentos de suas formulações, por meio da interlocução com os pressupostos da Análise do Comportamento, resulta em contribuições significativas para, primeiramente, subsídios eficazes no alcance das medidas propostas pelo Plano e a permanência da modificação dos comportamentos, pensando em monitoramento e esquemas de reforçamento positivo.

Nesse diálogo entre uma política pública e uma abordagem psicológica, serão colocados em paralelo os Eixos Estruturais do Plano, apresentados no Guia de Implementação para Estados e Municípios, e as medidas estratégicas apontadas por Mark Mattaini para a construção de práticas de não-violência, com o suporte das contribuições de autores analistas do comportamento consagrados que discutem as questões de comportamento social, controle coercitivo e promoção de cultura de paz.

3.1. Caracterizações das ferramentas teóricas

No capítulo 3 - *Behavioural Science Principles For Nonviolent Strategy* da obra *Strategic Nonviolent Power* (2013) (Princípios da Ciência do Comportamento para Estratégias de Não-violência, capítulo 3 do livro O Poder Estratégico da Não-violência), e *Youth Violence Prevention: The State of The Science* (1999) (Prevenção da Violência na Juventude – o estado da ciência), textos de Mark Mattaini, conceituam-se os maléficos efeitos da violência entre a juventude, apontando dados sobre suas determinações no comportamento

humano e suas manifestações na sociedade, tanto nos agentes da violência quanto para as vítimas.

Utilizando a referência *Prevenção da Violência na Juventude*: o estado da ciência, obtiveram-se nos estudos de Mattaini (1999), dados conclusivos sobre violência e juventude, partindo do panorama estadounidense. Os levantamentos sobre as situações de violência revelaram que o homicídio é a principal causa de morte de negros americanos e latinos, em ambos os sexos, destacando a violência escolar, urbana e nos relacionamentos, familiares e amorosos, como fatores primordiais na expressão das práticas de violência, o que determina a importância para a contextualização dos episódios violentos e o oferecimento de subsídios para o enfrentamento da violência. O contexto sociocultural contemporâneo evidenciou a obtenção instantânea de poder e controle ligado à práticas de violência (MATTAINI, 1999). Logo, a não-violência configura uma alternativa positiva, contraponto do poder da violência, promovendo estratégias de empoderamento ao jovem, fundamentando-se na participação da família, comunidade e organizações para a atribuição de sentido na realização de uma cultura de paz.

Mattaini (1999) indicou que programas eficazes contra a violência precisam considerar as circunstâncias desenvolvimentais e socioculturais dos indivíduos, apontando os fatores propiciadores para comportamentos antissociais e a estruturação de programas de modificação de comportamento, baseados em intervenções com teorias eficazes, validadas e com técnicas objetivas, para favorecer ao jovem o rompimento da ligação entre o poder e a violência, recorrendo à construção de alternativas em seu repertório comportamental para o exercício de influência sobre os outros e no ambiente.

Um programa ou estratégia eficaz para a prevenção tem de ajudar os jovens a encontrar repertórios alternativos que são funcionalmente similares, que produzem esses resultados valiosos de outras maneiras. Estes podem incluir, por exemplo, encontrar novas formas de ganhar reconhecimento, novas maneiras de se relacionar com namorados e namoradas que produzem segurança, e novas maneiras de evitar ou obter alívio de condições aversivas. (MATTAINI, 1999, p. 8).

Na formação de repertórios comportamentais, foi importante debruçar-se sobre as condições ambientais nas quais os sujeitos estão imersos, para uma compreensão em uma amplitude que considere os fatores ontológicos, biológicos e culturais, para delimitar a atribuição de funcionalidade para os comportamentos. Assim, realçou-se o desenvolvimento antissocial (PATTERSON, DEBARYSHE e RAMSEY 1999; PATTERSON, REID e DEISLION, 1992 apud MATTAINI, 1999) como teorização para o entendimento sobre como os repertórios afetados pelo controle coercitivo operam. Foram pontuadas quatro características estruturantes para o desenvolvimento antissocial: 1) um ambiente familiar, econômico e afetivo empobrecidos; 2) rejeição escolar por conta do repertório agressivo produzido por uma base social familiar empobrecida; 3) insucesso escolar e contextos com a presença de bullying, com sujeito sendo alvo ou ator; 4) encontro e identificação com crianças de repertórios similares ou isolamento.

Nessa composição, ocorreram processos da seleção cultural, evidenciando a cultura, as mídias de comunicação e o sistema de justiça alinhados à cultura de violência. Arranjos coercitivos e suas manifestações oferecem poucos recursos, abrindo espaço para efeitos colaterais indesejáveis, variando de contra agressão à depressão (SIDMAN, 2011), o que sempre entrega a possibilidade de colapso, exigindo extrema vigilância por parte das agências de controle.

Stephen Fawcett (1991 apud MATTAINI, 1999) foi mencionado como teórico formulador de interessantes ferramentas para a constituição de práticas que visam o abandono da violência, substituindo-a por uma cultura de paz. Devem-se fornecer informações empíricas sobre relações comportamentais, importantes para a comunidade, como recursos locais (dispositivos institucionais e convenções sociais), direcionadas a valores e necessidades locais. Nessa estratégia, foi proposta a construção de esquemas de reforçamento positivo para os envolvidos na comunidade, incluindo material de automonitoramento e reconhecimento estruturado para a participação, com a criação de ferramentas em oficinas locais para o enfrentamento de problemas locais, o que caracteriza as práticas do Poder da Paz, com esquema explicado na figura a seguir.

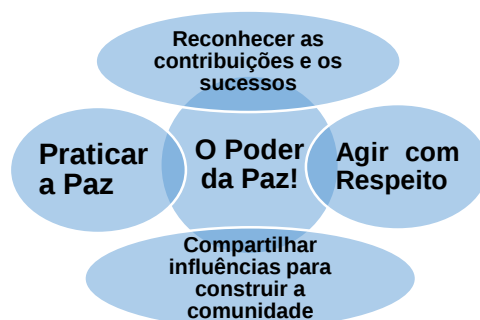


Figura 2 - Práticas baseadas em dados fundamentais incorporados em uma cultura empoderada na não-violência. (MATTAINI,1999).

Em *O Poder Estratégico da Não-violência: Princípios da Ciência do Comportamento para Estratégias de Não-violência*, ressaltou-se o valor positivo da luta pela não violência, intervindo nos ambientes como um fluído interativo, trazendo para essa leitura as contribuições de Gene Sharp e suas sistematizações de estratégias para uma cultura de paz, baseada em atitudes não-violentas. Ao deparar-se com sistemas opressores, os prejuízos são perceptíveis para todos os envolvidos, revelando a necessidade de repensar e criar novos sistemas/agências de controle, nos quais se produziriam repertórios em processos políticos de ação e reação, segundo Frances Fox Piven. Assim, desvelou-se a relevância para a construção de espaços que abarquem alterações, manifestações e reivindicações sociais, agregados aos sistemas gestores do Estado para evitar situações indesejáveis e aversivas (MATTAINI, 2013).

Precisamente, o poder da luta pela não violência reside na seleção de novas práticas por parte do grupo de resistência à cultura de violência, que desloca a matriz de consequências, experimentada pelo grupo opressor (o governo) e outros que exercem influências sobre as situações apresentadas.

Governos repressivos e outros opressores dependem de ameaças, intimidação e violência para manter o seu poder: historicamente, as práticas têm evocado a conformidade e cooperação da população e tendo por isso sido selecionados (MATTAINI, 2013).

A cultura de não-violência necessita ser consequenciada por esquemas de reforçamento positivo, a fim de aumentar a probabilidade de ocorrência das classes de resposta que ela engloba. Nessa direção, Mattaini (2013) desenvolve quatro eixos para a construção de estratégias de não-violência, baseado nos postulados da Análise do Comportamento. Como princípios básicos em visões e estratégias de não-violência, apontam-se: Lei de Igualdade, Processos de Motivação, Modelação e Disponibilidade de Recursos. Respectivamente, esses conceitos tratam de:

- Lei de Igualdade - Corresponsabilidade nas tarefas desenvolvidas estabelecida, por meio de esquemas de reforçamento positivo para comportamentos não-violentos;
- Processos de Motivação - Compreensão sobre controle coercitivo como sendo contra produção, ou seja, o uso de violência cessa a produção de reforçadores positivos. Assim, para compreender as respostas emitidas, é necessário delimitar a valência das consequências nas situações vivenciadas. A resposta não-violenta, contida nas práticas e ambientes de resistência à violência, reduz as ameaças aversivas ao bem-estar pessoal, e no seu melhor oferece ao adversário opções atraentes para abandonar entrelaçamentos coercitivos.
- Modelação – Os meios de comunicação e as pessoas públicas envolvidas com práticas não violentas agindo como modelos para as pessoas no geral, sendo encontradas dentro dos movimentos de resistências à violência e realizando manutenção de comportamentos contidos em práticas de cultura de paz.
- Disponibilidade de recursos – Este fator mostra-se como base para a tomada de decisão, entregando uma rede de sustentação para ações não-violentas.

Além desses aspectos, Mattaini (2013) aponta para o rompimento com relações de equivalência verbal para conceitos que podem ser do mesmo conjunto, porém não são sinônimos. Esta prática deve ser operante no responder dos sujeitos, conferindo-lhes desconstruções no uso de palavras que podem ser recebidas como ações ofensivas,

(...) “por exemplo, se as relações de equivalência {fraco ≈ mulheres} e {fraco ≈ insignificante} são estabelecidas, os dois são propensos a se fundir, produzindo a nova equivalência {mulheres ≈ insignificante} que é a nova classe de equivalência compreendendo todas as três equivalências e suas interconexões”. (MATTAI, 2013, p. 59).

Foram indicadas Abordagens Construtivas, possibilitando a solução de problemas sociais através da priorização da construção de novos padrões comportamentais, ao invés de enfatizar a supressão de comportamentos indesejáveis. A criatividade e a inovação também são fatores importantes na luta pela não-violência, mantendo os sujeitos aderidos à causa. Assim, destaca-se a interação dos fatores de seleção por consequências, a retroação dos ambientes e os processos verbais, com preferência a abordagens construtivas e somadas à criatividade, resultando em potência e ação para práticas de não-violência.

3.2 Análises comparativas

3.2.1 Eixo 1 – Desconstrução da cultura de violência

Entendendo como um problema primário, o Plano Juventude Viva instaurou-se como atenção às vítimas de violência física e simbólica, aproximando-se em busca ativa dos contextos que propiciaram violações de direitos humanos, por meio de suas organizações executivas. Por meio do Eixo Desconstrução da cultura de violência, são identificadas as ações violentas contra a juventude negra que foram historicamente naturalizadas, delimitando seus padrões e oferecendo novos repertórios aos agentes e vítimas envolvidos nas situações de abuso e violação de direitos humanos (SNJ/SG-PR, 2014).

Buscou-se sensibilizar o discurso público sobre o uso da violência em suas relações, alertando sobre como é possível que comportamento ditos violentos podem estar sendo banalizados, sem apropriação daqueles que os realiza. Foi marcada a extrema importância da valorização da vida juvenil e sua posição como sujeitos de direito. Assim, demonstrou-se que o uso da violência

na resolução de conflitos interpessoais ou em contextos sociais mais amplos é ineficaz, gerando prejuízos na socialização de todos os envolvidos.

Alcançar esses objetivos pode ser feito de várias maneiras, entre elas, campanhas de utilidade pública nos meios de comunicação, sensibilização e educação de agentes institucionais, mobilização de atores sociais para a promoção de direitos da juventude negra, entre outros. (SNJ/SG-PR, 2014, p. 9).

3.2.1.1 *Dialogando com a Análise do Comportamento*

Na proposição de desconstrução da cultura de violência, o eixo apresentado no Plano Juventude Viva relacionou-se intimamente com os princípios básicos apresentados por Mattaini (2013) para práticas de não violência, principalmente com Lei de Igualdade, Processos de Motivação e Disponibilidade de Recursos, reconhecendo a legitimidade em desenvolver uma cultura de paz por meio de elaborações localizadas, a partir das dinâmicas vividas por aqueles encontrados nos territórios delimitados, destacando a importância para a participação de familiares, a comunidade e as organizações.

A criatividade mostrou-se estruturante para o aperfeiçoamento da desconstrução da violência, entregando novas maneiras de estar em contato com os outros e, por sua intrínseca característica de inovação, o que mantém a vivacidade e entusiasmo dos envolvidos em grupos de resistência às práticas violentas, fortalecendo continuamente a adesão dos indivíduos nas práticas de não-violência. Com essa orientação, tornou-se viável a apropriação de abordagens construtivas, que ao invés de unicamente usar supressão da violência, entendendo-a como indesejável, priorizou-se a construção de novos padrões comportamentais a serem consequenciados por esquemas de reforçamento positivo, aumentando a probabilidade de respostas e variação nos repertórios dos indivíduos.

Ao utilizar abordagens construtivas e criatividade, estabeleceu-se a Disponibilidade de Recursos, entregando modos alternativos às condutas

violentas no relacionamento com o mundo e os outros sujeitos, modificando o comportamento verbal ao atingir a equivalência respostas verbais. A violência descrita no eixo apresentado engloba seu aspecto físico e simbólico, tratando o discurso como campo de expressão simbólica. No rompimento de equivalências verbais, nos quais expressam-se violações e ofensas, ao internalizar recursos mais eficientes na edificação de uma cultura de paz, apresentou-se possibilidades de superação da violência.

Para tornar operante práticas que potencializem a disponibilidade de recursos, evidenciou-se a necessidade em compreender como se dão os Processos de Motivação. Novamente, fez-se preciso apontar a eficácia da territorialização no desenvolvimento de uma cultura de paz, pois além de aproximar todos inseridos no contexto em observação para a criação de práticas com sentido local, delimitar como opera a motivação é subsídio para a compreensão da funcionalidade que as práticas aversivas possuem. Como realçado por Mattaini (2013), são extintas as possibilidades de produções positivas diante do controle coercitivo. Orientando-se por esse princípio, ao optar pela resistência à violência demonstra-se ao adversário alternativas atraentes no abandono de entrelaçamento coercitivos, gerando bem estar para os envolvidos.

Logo, a Lei de Igualdade fixada por reforçadores positivos, implicando os sujeitos no compartilhamento de responsabilização, explicitou como é concebível ambientes menos aversivos e propensos ao cultivo de uma cultura de paz duradoura, possibilitando a apropriação dos envolvidos, com realce de aspectos coerentes e contundentes.

3.2.2 Eixo 2 – Inclusão, oportunidade e garantia de direitos

Os anos 1980 representam para o cenário mundial um grande momento para as discussões sobre as violações dos direitos humanos. A Organização das Nações Unidas (ONU) e outras entidades ligadas a práticas de humanização enfatizaram os questionamentos das desigualdades sociais, exaustivamente denunciadas pelos movimentos sociais. Na conjuntura nacional, a militância

negra alerta as gestões governamentais para a situação dos jovens marginalizados, definindo nessas demandas meios de alavancar os quadros socioeconômicos brasileiros.

No caso da população negra, a inserção produtiva dos jovens, marcada pela precarização, informalidade e ocupações de baixa qualificação e baixos salários, é frequentemente acrescida de más condições de trabalho, em campos profissionais como a construção civil e as atividades domésticas. Ademais, a exposição a mecanismos de discriminação racial direta ou indireta tenderam a manter a população mais pobre, predominantemente negra, afastada dos serviços públicos (SNJ/SG-PR, 2014, p. 9).

Evidenciou-se os benefícios, tanto para a população negra quanto para o panorama econômico nacional, da descontinuidade no ciclo de ausência de oportunidades, reconhecendo os jovens negros como elementos importantes para a sociedade e reparando a invisibilidade em que foram deixados pela efetivação de garantia de direitos, constitucionalmente e historicamente negados. Programas que indicam o valor social da juventude e criam oportunidades transformadoras devem ser medidas permanentes. A Educação, como grande área voltada para a qualificação e desenvolvimento social, deve ser instrumento para promover a preservação de direitos humanos. A implementação de programas como o PROUni, garantindo acesso da população ao ensino superior para aqueles obtiveram um ensino público precário, o ProJovem, voltado para jovens em situação de vulnerabilidade social e o PRONATEc, desenvolvido para qualificar e profissionalizar pelo acesso ao ensino técnico, são bons exemplos para configurar projetos que auxiliam no desenvolvimento daqueles que foram desprivilegiados pelo sistema capitalista, em especial, a juventude negra.

3.2.2.1 Dialogando com a Análise do Comportamento

Ao tratar de Inclusão, oportunidades e garantia de direitos, o eixo descrito estabelece, fundamentalmente, relação com o princípio básico da Lei de Igualdade. Em uma rede de entrelaçamentos de contingências coercitivas, são mínimas as possibilidades para se relacionar com o outro sem o uso da violência ou respostas aversivas. Assim, demonstra-se como é possível garantir direitos básicos para o desenvolvimento assumindo como ocupação geral a corresponsabilidade nas relações, abandonando posturas que culpabilizam os sujeitos em suas individualidades ou nos agrupamentos dos quais são integrantes.

É impossível negar a profunda e poderosa influência de concepções e práticas racistas, em linha transgeracional, observando a historicidade da constituição da identidade brasileira em convergência com o sistema capitalista. Entretanto, é obrigação da sociedade civil, comprometida com a defesa dos direitos humanos, a corresponsabilização na tarefa de desconstrução do racismo e da cultura de violência, assumindo a estratégia de utilização de esquemas de reforçamento positivo para comportamentos de não-violência, concordando com o sugere Mattaini (2013).

A marginalização e vulnerabilidade da juventude negra são evidentes, comprovadas em estudos de alta fidedignidade como o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (SNJ/SG-PR, 2015), Mapa da Violência – Mortes Matadas por Armas de Fogo (WAISELFISZ, 2015), Mapa do Encarceramento – Os Jovens do Brasil (SNJ/SG-PR, 2015). Inicialmente, as obras listadas entregam dados quantitativos para a avaliação das regiões, estados e municípios brasileiros sobre as especificidades encontradas no espectro das práticas de violência. Entretanto, na leitura e interpretação dos dados, alcançou-se análises qualitativas e alarmantes, descrevendo em minúcias a situação de calamidade pública que a juventude negra está inserida, como resultado da pouca ou da inexistente atuação dos órgãos e serviços públicos, notando-se apenas a intervenção de agências de controle como as polícias militarizadas e o sistema penal. Como será possível proporcionar inclusão, oportunidade e garantia de

direitos para a juventude negra se os principais serviços públicos nos territórios vulneráveis voltam-se para punição e o controle aversivo, perpetuando a cultura de violência?

Nessa perspectiva, entende-se a importância da atuação em transversalidade das agências de controle, como a educação, cultura, saúde, trabalho e desenvolvimento social, para a identificação das carências e prestação de assistência, reconhecendo a população vulnerável como sujeitos de direito. Por consequência, evidenciaram-se as Abordagens Construtivas como chaves para relacionamentos sociais que priorizam a construção de novos padrões comportamentais na resolução de problemáticas coletivas, saindo de posturas que apenas suprimem as respostas indesejáveis (MATTAINI, 2013). Não basta negar a violência. Os órgãos administrativos públicos devem operar oferecendo serviços estruturantes para a formação educacional, profissional e, conseqüentemente, pessoal, fortalecendo assim alterações positivas e progressistas nos repertórios comportamentais, criando um campo propício para a cultura de paz.

3.2.3 Eixo 3 – Transformação de Territórios

Para Transformações de Territórios, ações localizadas no município devem manter atenção aos indices de violência expressos, acionando o Poder Público para atender as demandas necessárias para a garantia de direitos e um desenvolvimento social assegurado.

Pelas normativas do Plano Juventude Viva, é destacada como principal diretriz no rompimento da cultura de violência a transformação dos territórios, aproximando a população vulnerável de equipamentos públicos que endossem desenvolvimento social. Para isso, deve-se ampliar a presença do poder público nos bairros mais afetados pela violência, com a oferta de serviços relacionados a ensino, cultura, esporte e lazer (SNJ/SG-PR, 2014).

Essa cobertura do território pode ser realizada com dispositivos públicos, descritos no Guia de Implementação para Estados e Municípios do Plano Juventude Viva, como: Academia de Saúde – espaço públicos dotados de equipamentos e pessoal qualificado para desenvolver promoção de saúde,

Centros de Economia Solidária – espaços com entrada para órgãos públicos ou ONG's para o desenvolvimento de atividades comerciais e de formação profissional com interlocução nas comunidades vulneráveis, CEUs das Artes – Centro de Artes e Esportes Unificado, Estação Juventude – espaços públicos que visam inclusão do jovens por meio de políticas públicas, Mais Educação – programa do Ministério da Educação com propostas de ensino integral e atendimento social para a rede estadual e municipal de ensino e Pontos de Cultura – entidades culturais com o aval do Ministério da Cultura que possuem entradas nas comunidades, direcionando-se a localidades vulneráveis socialmente.

3.2.3.1 *Dialogando com a Análise do Comportamento*

Mattaini (2013) discorre sobre a essencial participação da Transformação de territórios, assinalando que os espaços sociais precisam abarcar alterações, manifestações e reivindicações, com garantias constitucionais para tais atividades, asseguradas pelos sistemas gestores do Estado, como meio de oferecer oportunidades de diálogo para evitar situações aversivas.

Em seu texto, Prevenção da Violência na Juventude – O estado da ciência, Stephen Fawcett é citado como colaborador na elaboração de programas, baseados em esquemas de reforçamento positivo. Propõem-se a criação de ferramentas e materiais em oficinas locais para combater as condutas violentas, incidindo as construções nos territórios onde são organizadas e desenvolvidas as oficinas. A participação da comunidade é imprescindível para originar condutas alternativas não-violentas eficazes. Mattaini (1999) exhibe a proposta de um programa de não-violência territorializado, elaborado por Fawcett, que se estrutura a partir da coleta de informações empíricas, como recursos locais, unindo a esse material, registros de automonitoramento e reconhecimento para os participantes. Dessa maneira, observando o ambiente em sua dinâmica com o envolvimento dos pertencentes ao mesmo, demarcam-se as necessidades e aptidões para o enfrentamento de problemas locais,

empoderando os jovens a partir da família e comunidade. Em nível municipal, o Plano Juventude Viva oferece em seu Guia de Implementação para Estados e Municípios, a Folha Matriz, na qual é possível registrar as ações realizadas nos territórios, mantendo uma relação sistemática com o desenvolvimento do Plano no território, que pode ser encontrada em Anexo.

Por meio do eixo Transformação de territórios, é possível realizar a desconstrução de práticas de violência nos espaços físicos e culturais, entregando aos sujeitos locais maior participação e aprimoramento. Os programas usados para exemplificar as ações do eixo (CEU's das Artes, Academia de Saúde, Centros de Economia Solidária) enquadram-se em iniciativas que partiram de avaliação de circunstâncias territoriais, transformando as condições ambientais e também os indivíduos envolvidos. É necessidade primária desvelar à juventude as relações de poder caracterizadas pela violência, para a formação de novos repertórios, viabilizando as inovações através do fornecimento de alternativas construtivas.

3.2.4 Eixo 4 – Aperfeiçoamento institucional

No eixo Aperfeiçoamento Institucional o alvo de intervenção são as instituições, órgãos e equipamentos públicos que, através de seus protocolos de atendimentos e atuação de seus profissionais, muitas vezes, perpetuam relações nas quais o racismo institucional é predominante, exigindo a conscientização do Estado e dos órgãos administrativos públicos de seu papel consolidador e influenciador de devires discriminatórios para a sociedade civil.

A manutenção de concepções e procedimentos que sustentam a violação dos direitos fundamentais e da dignidade humana, aí incluído o racismo contra a população negra, tanto pode estar nas formas de relacionamento hierárquico da instituição com os servidores públicos ou prestadores de serviços contratados, como também na forma como os serviços públicos são prestados à população (SNJ/SG-PR, 2014, p. 10).

Portanto, para o funcionamento desse eixo dentro do Plano, mostrou-se essencial que os serviços públicos se comprometam em atender a população de maneira igualitária, seguindo os preceitos que excluam a discriminação racial de seus protocolos de atendimento, sem fazer distinções pautadas em diferenças socioeconômicas e/ou culturais. As principais agências de controle da sociedade como o sistema educacional, o sistema judiciário, os serviços de saúde, o policiamento e o sistema penitenciário são destacadas no compromisso com a luta antirracista. As ações primordiais desse eixo devem focar a formação, qualificação e capacitação de seus funcionários, através de processos de sensibilização, vigilância realizada por órgãos externos e, fundamentalmente, acompanhamento especializado para as organizações policiais militarizadas.

3.2.4.1 *Dialogando com a Análise do Comportamento*

As agências de controle do governo, nas instâncias federal, estadual e municipal, devem propiciar sistemas e modelos não opressores, pois nesses âmbitos institucionalizados encontram-se as primeiras referências comportamentais culturais e sociais para os indivíduos em uma sociedade.

A Modelação, como um dos conceitos básicos para as perspectivas Analítico-Comportamentais e princípio influente em perspectivas de não-violência, organizado por Mattaini (2013), pode funcionar na disseminação de práticas não violadoras de direitos humanos, sendo modelo comportamental para a população global. Em seu texto, *O Poder Estratégico da Não-violência*, Capítulo 3: Princípios da Ciência do Comportamento para Estratégias de Não-violência, recorre-se a Frances Fox Piven, para afirmar que repertórios comportamentais são forjados em um processo político de ação e reação. Nesse sentido, ressalta-se a importância em posicionar-se criticamente em relação a governos repressivos e outros opressores.

Organizações opressoras estruturam-se a partir de controle aversivo para fortalecer e vigiar sua influência. Assim, é importante que como estratégia assumam-se esquemas de reforçamento positivo para ações não-truculentas, a

fim de aumentar a probabilidade de ocorrência das classes de respostas não-violentas. O poder da luta pela não violência reside precisamente na seleção de novas práticas por parte do grupo de resistente à violência que desloca a matriz de consequências, experimentada pelo grupo opressor (o governo) e outros que exercem influência sobre a situação.

Nesse eixo são abordadas as influências diretas das agências governamentais, como o sistema educacional, o sistema judiciário, os serviços de saúde, o policiamento e o sistema penitenciário e a extrema importância de suas reformulações para o abandono de concepções e práticas que fortalecem o racismo institucional e perpetuam a discriminação racial. Assim, considerou-se que os princípios básicos influentes em uma perspectiva não-violentas - Lei de Igualdade, Processos de Motivação, Modelação e Disponibilidade de Recursos – conformam os subsídios necessários para alterações que visam o combate às violações de direitos humanos e as discriminações, somando Abordagens Construtivas e Criatividade, para uma transfiguração institucional que estruture ambientes propensos ao cultivo de uma cultura de paz.

4 DISCUSSÃO

No contexto de políticas públicas destinadas a juventude, é criado pela SNJ o Plano Juventude Viva como resposta para as reivindicações do Movimento Negro organizado, alinhadas aos dados observados em estudos quantitativos, como Mapa da Violência (WASELFISZ, 1998/2015) entre outras referências bibliográficas que incidem sobre questões raciais e relações de violência, constatando a alta mortalidade da juventude negra em relação aos jovens brancos, compreendidos na faixa etária de 15 a 29 anos.

Em ações e programas transversais, com atendimento de demandas e estruturação descentralizada, o Plano Juventude Viva, que iniciou suas implementações em 2013, entende em sua ideia central, apoiado em fartos estudos sobre a vulnerabilidade social historicamente construída dos jovens negros, que o Estado perpetua uma lógica de genocídio/faxina étnica, reconhecendo no jovem negro uma ameaça à ordem branca eurocentrizada, imposta verticalmente na sociedade brasileira, e em certa medida, mantida pelas organizações, instituições e nos recorrentes discursos sociais que negam a demarcada e cotidiana presença do racismo no Brasil, que se apresenta por meio de naturalizações do preconceito racial. Baseados em legislações proibicionistas, como as determinações jurídicas para o porte, compra, venda e uso de psicoativos, e retrocessos na garantia de direitos, por exemplo, a gradual diminuição de responsabilização do Estado com os direitos sociais, as gestões governamentais inviabilizam propostas como o Plano, pois é premissa para as agências de controle do governo convergentes ao neoliberalismo a reprodução de dinamismos ocupados com um crescimento econômico exponencial que não reconhece no bem estar social possibilidades de equiparação e superação econômicas nas disputas de poder entre nações pautadas no desenfreio acúmulo de bens privados.

O sistema capitalista neoliberal, em voga no cenário nacional, especifica-se principalmente por sua estrutura fincada na exploração da mão de obra manipulável, impossibilitando uma distribuição de renda igualitária, com

aberturas para a participação do capital privado no controle dos meios de produção e entradas para intervenções em serviços estatizados.

Partindo da dinâmica proporcionada pelo Capital, nota-se a crescente taxa de mortes entre jovens negros como resultado de ações truculentas da polícia militar, da violência de estado e do racismo estrutural, confirmando os obstáculos institucionais para a superação das discriminações raciais, sendo alicerces para a desigualdade social e ausência de garantia de direitos para uma determinada classe da sociedade civil, os pretos, pobres e periféricos. Através dessas confirmações, a proposta do Plano Juventude Viva configura-se como uma medida intersecretarial e interministerial de caráter paliativo na atenção de demandas provenientes da violação de direitos humanos, apresentando-se com propostas fundamentais para uma verdadeira democracia racial, porém, encontra dificuldades para ocupar espaços no cenário político-econômico nacional para o exercício de suas intervenções, o que indica um funcionamento do Plano quase sem efetivação concreta, com tendências a esvaziamentos das participações sociais e governamentais.

É de extrema relevância trazer à tona a responsabilidade do Estado e da União em relação aos índices de desigualdade social presentes no contexto nacional, o que aponta para fins de constatação que não basta um planejamento, estruturado em reivindicações dos movimentos sociais, para a resolução da problemática evidenciada, mantida primordialmente pela ausência de democracia racial. Por meio da investigação das questões sociais e elaboração de políticas públicas, mostra-se a obrigatoriedade do sistema político nacional atentar-se, constantemente, a contextualização dos marginalizados socialmente pelas dinâmicas do sistema econômico vigente, buscando em medidas que ofereçam condições socioeconômicas para encerrar a perpetuação do racismo institucional, dando visibilidade e oferecendo possibilidades de ascensão social, o que pode gerar, conseqüentemente, influências no pensamento e ação da sociedade civil ao destacar as questões raciais em território nacional.

Com o suporte da visão analítico-comportamental, a interpretação dos eixos do Plano afirma-se como subsídio teórico na execução, planejamento e monitoramento das ações e programas oferecidos. A partir de comprovações

epistemológicas, são indicadas possibilidades concretas e eficientes alicerces para modificação de comportamentos, assumindo como estratégia esquemas de reforçamento positivo para o alcance de seus objetivos, localizando a participação e engajamento do Poder Público e sociedade civil como fundamentais para a viabilização das diretrizes apresentadas, como é evidenciado nos estudos de Mark Mattaini (1999/2013) sobre a violência, juventude e o poder da cultura de paz.

Devido seu caráter baseado em contribuições transversais, o Plano Juventude Viva possui vinculação direta com a responsabilização de todos os setores públicos para a sua funcionalidade, estabelecendo-se como uma iniciativa que traz à tona as problemáticas marginalizadas e implica a sociedade nas alternativas baseadas em práticas de não discriminação e não violência, fundando-se com uma política pública social que não se encerra em desnaturalizar o racismo, e sim propõe ressignificações das organizações sociais brasileiras, reconhecendo no elemento negro sua valorização positiva na formação do Estado brasileiro.

Assim, retoma-se a pergunta norteadora deste trabalho de conclusão de curso, assumindo os complexos posicionamentos éticos e socioeconômicos para a eficácia do Plano em um cenário neoliberal, com acentuada presença do racismo institucional e estrutural, que exige diagnósticos territoriais precisos, participação contínua das localidades aderidas e controle avaliativo e participativo do Poder Público. Sobre o estabelecimento de uma cultura de paz, a descrição dessa política pública, com aspectos claramente afinados a transformação social, propicia os elementos fundamentais para práticas que valorizem abordagens e convivências que anulem condutas violentas, configurando em suas delimitações estruturas essenciais para proporcionar uma cultura de paz. A descentralização de ações interventivas, com base na prevenção e cuidado, é a chave para mobilização e envolvimento coletivo em propostas enaltecedoras de direitos humanos, afirmando construções locais para problemas do território em questão, o que fornece aos participantes a atribuição de reconhecimento e sentido naquilo que é criado.

É necessária utilização dos meios de comunicação em larga escala, problematizando as questões raciais na sociedade brasileira, trazendo para as discussões populares a gravidade dos problemas sociais decorrentes do racismo institucional e estrutural. Os dados que oferecem suporte para estruturação do Plano Juventude Viva mostram-se como bons elementos desnaturalizadores das circunstâncias sociais vividas pela população negra marginalizada, evidenciando as construções históricas das discriminações raciais presentes na sociedade brasileira. Inicialmente, a disseminação de informações esbarra na ausência de democratização das mídias nacionais, o que desvia as discussões sobre os problemas nacionais para a naturalização de ideais sobre o povo brasileiro ser receptivo, caloroso e aberto a diversidade cultural. Entretanto, o que se mostra são profundas violações dos direitos humanos para aqueles não são enquadrados nos padrões neoliberais.

A participação social no governo é essencial para que as gestões não permaneçam apenas em disputas de poder econômico, pois o fortalecimento do Estado brasileiro deve ser medido pela satisfação, social e pessoal, daqueles que compõem a população nacional, tratando igualmente os pertencentes às diversas classes sociais, etnias, raças e gêneros. Logo, evidencia-se a importância da movimentação popular pressionando o Poder Público na prestação de seus deveres como gestores, demonstrando que o poder de transformação social reside fortemente na população. Implicar a participação popular nas modificações do cenário brasileiro atual não é tarefa instantânea, porém, nos eixos de políticas públicas sociais que atendem as demandas das situações de vulnerabilidade, é possível conscientizar e empoderar os indivíduos, organizá-los em pautas concretas e trabalhar o reconhecimento destes sobre sua importante presença nas discussões político-econômicas e socioculturais, rompendo com subordinações a lógicas verticais massacrantes. E, sempre pensando na manutenção dos movimentos sociais, retira-se do caráter teórico-ideológico o fim das violações e a cultura de paz e insere-se num campo fértil e prático as condutas de não-violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o panorama nacional, torna-se imprescindível a elaboração de políticas públicas sociais por parte do poder público e seus colaboradores, como resposta às reivindicações dos movimentos sociais organizados e assim ser praticável o esclarecimento para a sociedade civil sobre a garantia de direitos como base para uma eficaz governabilidade, endossados pela constituição brasileira. Mesmo afinado à um sistema político-econômico capitalista, com alicerces na desigualdade social para sua sustentação, deve ser ocupação permanente das gestões governamentais o diálogo com a sociedade civil, no sentido de amenizar as vulnerabilidades produzidas pelas dinâmicas de exploração.

Portanto, a criação do Plano Juventude Viva torna-se importante para o combate à violência que afeta e mata a população negra, pobre e marginalizada. Inserindo-se no campo da proteção aos direitos humanos, o Plano com suas metas e suas ações no território tem potencial de retirada da invisibilidade dos abusos cometidos diariamente, perpetuados por determinações conservadoras herdadas do período colonial, atualmente concretizadas pelas ações truculentas das polícias militarizadas, com suas definições proferidas pelas instâncias governamentais de referência, na manutenção da segurança pública que visa um inimigo, o pobre negro criminalizado, em função de um ideal vigente de humanos direitos, o homem de aspirações eurocentrizadas.

Essa atenção à vulnerabilidade vivida pela juventude pobre, preta e periférica necessita ser evidenciada em sua urgência em todo cenário nacional, abarcando poder público e sociedade civil em sua totalidade. E, com as investidas de planejamentos como o Juventude Viva, iniciam-se caminhos ao combate do genocídio da população negra. Entretanto, vale ressaltar a leitura crítica do Plano no que suas delimitações se propõem. A obrigatoriedade na segurança pública não deve ser delegada apenas a um programa, e nem a medidas de controle social protagonizadas pelas forças militares, e sim ser presente nas diretrizes fundamentais do governo e no planejamento dos gestores públicos.

Nessa trajetória de prevenção e cuidado, as contribuições acadêmicas que dialogam com as vivências da sociedade civil demonstram seu potencial estruturante para as transformações das problemáticas apontadas. Sair de posturas academicistas e entregar escuta ativa e qualificada para a população afirma subsídios para luta, ressaltando a pertinência da investigação para a relevância social, contribuindo para a continuidade das medidas de proteção as populações em situações de risco e vulnerabilidade.

E assumindo compromisso com a sociedade, os avanços são largos e benéficos tanto para o atendimento de demandas da sociedade, quanto para a produção científica em seus itinerários e construções de respostas às questões experienciadas pelas mulheres e homens, o que inclui o engajamento de um fazer psicológico que realiza suas contribuições apresentando-se a serviço de melhorias na qualidade de vida, na avaliação das dinâmicas sociais contextualizadas e na entrega de resultados que dialoguem com objetividade sobre as experiências compartilhadas.

Em linhas gerais, a ocupação e avaliação do Poder Público em assegurar e executar os direitos da população conformam tarefas obrigatórias para as instâncias gestoras governamentais. Porém, evidencia-se a extrema importância da vigilância dos movimentos sociais pressionando o governo para o cumprimento de suas funções, afirmadas pelas diretrizes da Constituição Brasileira. As propostas do Plano Juventude Viva vislumbram horizontes que necessitam das implicações sociais e institucionais na tarefa de concretizar as modificações propostas. A continuidade da trajetória pelo fim do racismo e da vulnerabilidade social da população e juventude negra apresenta-se distante de seu objetivo, com base nas pesquisas sobre as questões raciais e sociais. Portanto, torna-se assunto de primeira necessidade traçar alianças entre movimentos sociais, categorias científicas e Poder Público, fortalecendo assim a genuinidade e legitimidade no abandono da violência nas relações interpessoais e institucionais, tornando factível a prevalência de uma cultura de paz.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise documental. In: *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1977

BRASIL. LEI FEDERAL. Nº 10.639/2003, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

BRASIL. LEI FEDERAL. Nº 10.678/2003, Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.

BRASIL. LEI FEDERAL. Nº 12.288/2010, Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. LEI FEDERAL. Nº 7.716/1989, Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Ficam instituídos o Comitê Gestor Federal Juventude Viva - CGJuV, instância gerencial de caráter deliberativo, com o objetivo de acompanhar as ações de execução do Plano Juventude Viva, e o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos Juventude Viva - FOMPI, instância de participação e controle social, de caráter consultivo, do Plano Juventude Viva. Portaria Interministerial n. 29, de 22 de maio de 2013.

CATANIA, A. C. *Aprendizagem: Comportamento, Linguagem e Cognição*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

DITTRICH, A. Subjetividade e Cultura no Behaviorismo Radical. In: *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André, SP: Ed. ESETec. 2005.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. Vol. 12, n.23, pp. 100-122. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>> Acesso em: 04/2015.

EXECUTIVA NACIONAL DO CÍRCULO PALMARINO. Avançar na luta antirracista e afirmar, pela base, o círculo palmarino como uma corrente socialista, democrática e popular do Movimento Negro brasileiro. Disponível em: <<http://www.circulopalmarino.org.br/2013/01/avancar-na-luta-antirracista-e-afirmar-pela-base-o-circulo-palmarino-como-uma-corrente-socialista-democratica-e-popular-do-movimento-negro-brasileiro/>> Acesso em: 04/2015.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 1995

FERREIRA, J. P. M. H.; FERNANDES, L. E. O. *Nova História Integrada*. Campinas: Companhia da Escola. 2005.

FREYRE, G. *Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, pág. 372. 1998

MATTAINI, M. A. *Strategic nonviolent power: the science of satyagraha*. Athabasca University. Alberta, Canada: Au Press. 2013.

MATTAINI, M. A. *Youth violence prevention: the state of the Science*. 1999. Disponível em: <<http://www.bfsr.org/violence.html>> Acesso em: 04/2015

MOURA, C. O negro como grupo específico ou diferenciado em uma sociedade de capitalismo dependente. In: *Sociologia do negro brasileiro*. Série Fundamentos. São Paulo: Ed. Bomlivro 4. 1988.

OLIVEIRA, M. Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra completa um ano em setembro [entrevista na internet]. Recife (PE): Portal DSS Nordeste; Ago. 2013. Entrevista concedida a Maira Baracho. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/entrevistas/plano-de-prevencao-a-violencia-contra-a-juventude-negra-completa-um-ano-em-setembro/>> Acesso em: 04/2015

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Secretaria Nacional de Juventude - Balanço da Gestão 2011-2014*. Relatório. Brasília, 2014.

SAMPAIO, A. A. S. *A quase experimentação no estudo de cultura: Análise da obra Colapso de Jared Diamond*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

SANTOS, I. A. A. O movimento negro e o estado (1983 – 1987): O caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo. São Paulo: Imprensa oficial, 2001.

SIDMAN, M. *Coerção suas implicações*. São Paulo: Editora Livro Pleno. 2011.

SKINNER, B. F. (1948) *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Pensamento-Cultrix. 1974

SKINNER, B. F. (1953). *Ciência e Comportamento humano*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2003.

SNJ/SG-PR. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade 2014. Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília. 115p. 2014.

SNJ/SG-PR. *Plano Juventude Viva - Guia de implementação para estados e municípios*. Brasília, DF: 2014.

SPOSITO, M. P., CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>> Acesso em: 04/2015

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2014.

WASELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2015.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, M. A. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*. 9(1), 2010.
- ANDERY, M. A. P., MICHELETTO, N., SÉRIO, T. M. A. P. A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de continências entrelaçadas e metacontingências. *Revista Brasileira de Comportamento*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 149-165, 2005.
- ANDRADE, C. C. *Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*. IPEA, Mercado de Trabalho, Brasília, n. 37, p. 25-32, 2008.
- BARBER-MADDEN, R. SANTOS, T. F. (ORGS.) *A Juventude Brasileira no Contexto Atual e em Cenário Futuro*. Brasília: UNFPA, Caixa Seguros, Secretaria Nacional de Juventude, Universidade de Brasília. 2009
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 292 p. 1988.
- BRASIL. Decreto nº 52.652, de 16 de setembro de 2011, Cria o Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate à Homofobia - CCH, São Paulo, SP, set. 2011.
- BRASIL. LEI FEDERAL. Nº 11.343, 2006, Lei de Drogas.
- BRASIL. LEI FEDERAL. Nº 6.815, 1980, Estatuto do estrangeiro.
- BRASIL. LEI MUNICIPAL. Nº 16.050, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.
- SNJ/SG-PR. Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 112p. 2015.
- BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, de 30 de maio de 2012, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- BRASIL. RESOLUÇÃO nº 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.
- CALABRE, L. BARBOSA, F.(ORGS). *Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: Ipea, 245 p. 2011.
- CARTILHA DO PROJETO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE SÃO PAULO: O projeto de Inclusão Social Urbana “Nós do Centro” 2008
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012.
- COSTA, O. F. *Políticas públicas de juventude: Uma construção possível?* Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília/DF.2009.
- DAYRELL, J., MOREIRA, M. I. C., STENGEL, M. (ORGS). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC. 2011.
- DITTRICH, A. Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 01, n ° 01, p. 44-54. 2010.

DITTRICH, A. *Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social*. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade Federal de São Carlos, 2004.

DONATO, C. R. *Caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil Plano Juventude Viva – caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil*. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 93 p. 2014.

ENJUNE - *Encontro Nacional de Juventude Negra: Novas perspectivas na militância étnico/racial*. 2008.

FAVÉRO, O., SPOSITO, M. P., CARRANO, P., NOVAES, R. R. *Juventude e Contemporaneidade*. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 284 p. 2007.

FINK, J. D. *O compromisso social dos analistas do comportamento: caracterização e exame de publicações de periódicos brasileiros na área*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

FORÚM SOCIAL DAS AMÉRICAS, 2004. Quito. *Carta Mundial do Direito à Cidade*. 11 p. 2004.

FÓRUM SOCIAL SUL, 2004. *Manifesto Grito da Periferia*. São Paulo: 2004. p.3

FREZZA, M. *Juventude em discurso nas políticas públicas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GIANFALDONI, M. H. T. A. *A educação como prática cultura ética: uma leitura possível das propostas de B. F. Skinner*. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

GOULART, M. V. S., SANTOS, N. I. S. Juventude e biopolítica: o poder do jovem enquanto objeto de intervenção política. *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.9, n.1, p. 305-333, 2012.

GUIMARÃES, R. P. Deixando o Preconceito de Lado e Entendendo o Behaviorismo Radical. *Psicologia Ciência e Profissão*, São Paulo, 003, 23 (3), 60-67, 2003.

GUIMARÃES, T. A. M. C. *Análise de projetos para reintegração social de presidiários no estado de São Paulo, com base em critérios extraídos de uma literatura analítico-comportamental*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

HARRIS, M. Cultural Materialism and Behavior Analysis: Common Problems and Radical Solutions. *The Behavior Analyst*. Florida, 2007, No. 1, 30, 37–47.

LEITE, M. P. *Preconceito racial e racismo institucional no Brasil: algumas reflexões*. Disponível em: <<http://www.circulopalmarino.org.br/2012/05/preconceito-racial-e-racismo-institucional-no-brasil-algumas-reflexoes/>> Acesso em: 04/2015.

LIMA, D. *Considerações sobre Juventude e Militância Negra*. Disponível em: <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/juventude-e-militancia-negra>> Acesso em: 04/2015

MACHADO, V. L. S. *O comportamento do brasileiro na faixa de pedestre: um exemplo de uma intervenção cultural*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2007.

MASSON, G. *As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais*. Ponta Grossa, PR: UEPG Práxis Educativa, v. 2, n. 2, p. 105- 114, 2007.

MATHEUS, N. M. *Uma análise da Política Nacional de Educação segundo as propostas de Skinner*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MELO, C. M. *A concepção de homem no Behaviorismo Radical e suas implicações para a tecnologia do comportamento*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos. 2008.

MELO, C. M., DE ROSE, J. C. C. A tecnologia do comportamento na promoção do "bem" da cultura: uma análise conceitual de trechos da obra de B. F. Skinner. In: *Sobre Comportamento e Cognição*. 2006

OLIVEIRA, D. *Faxina étnica – projeto ideológico, ações políticas e interesses econômicos*. Disponível em: <<http://www.circulopalmarino.org.br/2012/12/2085/>> Acesso em: 04/2015.

OLIVEIRA, I. C. E. *Estatuto da cidade; para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

PIMENTEL, A. O Método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, Londrina, PR, n. 114, 2001.

PLANO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELA CIDADANIA. Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. 2013.

PRECIOSO, V. *A implementação do Plano Juventude Viva no município de São Paulo*. Fundação Getúlio Vargas – São Paulo, São Paulo, 2014.

PRECIOSO, V., STOICOV, C., VALENTIM, A. *Juventude Viva: Proposta de indicadores de avaliação de resultados para medir a efetividade da política pública*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas). Fundação Getúlio Vargas, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatoria do evento Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil*. Brasília, 2012.

RIBEIRO, DARCY. *Aos Trancos e Barrancos; como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1985.

ROSA, G. S. *O movimento negro no Brasil nas décadas de 1980 – 1990: Rompendo correntes e conquistando direitos*. Criciúma – SC, 2011.

SAMPAIO, A. A. S. *Comportamento Social, Produção Agregada e Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Fenômenos Sociais*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Petrolina, PB, Vol. 26 n. 1, pp. 183-192, 2010.

SAMPAIO, A. A. S., ANDERY, M. A. P. A. *Comportamento Social, Produção Agregada e Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Fenômenos Sociais*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 183-192, 2010.

SANTOS JUNIOR, O. A., MÜLLER, C. *Cartilha de Direitos Humanos à Cidade*. Plataforma DHESCA Brasil. 2010.

SANTOS, C. V. Libertando-se da Instituição Total: uma leitura behaviorista da institucionalização com base no filme *Um sonho de liberdade*. In: DE-FARIAS, A.K.C.R.; RIBEIRO, M. R. (Org.) *Skinner vai ao Cinema*. Santo André: ESETec Editores Associados, p. 195 – 210, 2007.

SANTOS, M. O. P. *Médicos e paciente têm sexo e cor? A perspectiva de médicos sobre a relação médico-paciente na prática ambulatorial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

SAULE JÚNIOR, N. E OUTROS. *Retratos sobre a atuação da sociedade civil pelo direito à cidade: diálogo entre Brasil e França = Panorama de l'action de la société civile pour le droit à la Ville: dialogue entre le Brésil et la France*. / Orgs: UZZO, K., SAULE JÚNIOR, N., SANTANA, L., NOWESZTER, M. São Paulo: Instituto Polis; Paris: AITEC, 104p. 2006.

SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R.; *I Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana*. São Paulo, Pólis, 2001.

SILVA, M. R., BENTO, M. A. S., JÚNIOR, R. S. (ORGS.) *Políticas públicas de promoção da igualdade racial*. São Paulo, SP: CEERT, 211 p. 2010.

SKINNER, B. F. (1948). *Walden II: Uma sociedade do futuro* (2ª ed.). São Paulo: EPU. 1978.

SOUZA, C. M. G.; REIS, M. *Os efeitos da punição sobre o comportamento de crianças e adolescentes*. Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/psicologia/e2-06-os-efeitos-da-punicao-sobre-o-comportamento-de-criancas-e-adolescentes/>> Acesso em: junho. 2014.

UEMURA, M. M., TSUKUMO, I. T. L., MENEGON, N. M., PIOCHI, S. *Moradia é central — inclusão, acesso e direito à cidade*. São Paulo: Pólis, 2009.

VALENTE, I. *A política do extermínio no Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.circulopalmarino.org.br/2012/11/a-politica-do-extermínio-no-estado-de-sao-paulo/>> Acesso em: 04/2015.

ANEXOS A

Tabela 3 - Quadro comparativo da trajetória do Movimento Negro

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889 – 1937)	Segunda Fase (1945 – 1964)	Terceira Fase (1978 – 2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Moderado
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença)
Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita” nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças de “centro” e de “direita”, nos anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimentos da negritude e de descolonização da África	Afrocentrismo, movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção oficial do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de luta	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos e publicações de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889 – 1937)	Segunda Fase (1945 – 1964)	Terceira Fase (1978 – 2000)
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda
Relação com a cultura negra	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambiguidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo, o candomblé)
Como concebiam o fenômeno da mestiçagem	De maneira positiva (pró-mestiçagem)	De maneira positiva (pró-mestiçagem)	De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem)
Dias de reflexão e/ou protesto	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de Novembro (dia de comemoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos	José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Leila Gonzalez

Fonte: DOMINGUES, 2007

Plano Juventude Viva Prefeitura Municipal de XXXX Plano Municipal de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra (Ano: XXXX)		Índices de Monitoramento											
		População Total			População Total de Jovens			População Total de Negros e Negras			População Total de Jovens Homens Negros		
		2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Eixo 01: Desconstrução da Cultura de Violência													
Programa/Projeto (PPA)	Órgão Responsável	Meta			Orçamento Previsto			Orçamento Realizado			Taxa de Mortalidade entre Jovens Negros		
	Ação	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
	Secretarias de Juventude/Igualdade Racial/Municipal	3	5	8	10								
	Parceria municipal com SNI-SG/PR-Federal												
	Campanha Juventude Viva nos territórios prioritários												
Eixo 02: Inclusão, Oportunidade e Garantia de Direitos													
Programa/Projeto (PPA)	Órgão Responsável	Meta			Orçamento Previsto			Orçamento Realizado					
	Ação	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
		20	30	30	30								
	Parcerias com SNI-SG/PR Federal	1	1	1	2								
	Programa Estação Juventude												
Eixo 03: Transformação de Territórios													
Programa/Projeto (PPA)	Órgão Responsável	Meta			Orçamento Previsto			Orçamento Realizado					
	Ação	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
	Conexão de banda larga em praças dos territórios PIV												
	Projeto Mulheres da Paz nos Territórios PIV												
	Construção de CEUs nos Territórios PIV												
Eixo 04: Aperfeiçoamento Institucional													
Programa/Projeto (PPA)	Órgão Responsável	Meta			Orçamento Previsto			Orçamento Realizado					
	Ação	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
		40	100	100	100								
	Formação da Guarda Civil Metropolitana												
	SEPPH/Federal	2	4	6	8								
	Oficinas de Identificação e Abordagem ao Racismo Institucional												

Figura 3 – Exemplo de matriz para registro do Plano Municipal de Prevenção da Violência contra a Juventude Negra. Fonte: SNJ/SG-PR, 2014.

Tabela 4 – Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo raça/cor. População Total. Brasil. 2002/2012.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Taxas		Vitimi- zação.
								Branca	Negra	
2002	19.846	4.429	25.227	29.656	111	81	49.695	21,7	37,5	73,0
2003	19.700	5.011	26.067	31.079	192	84	51.054	21,5	38,2	77,3
2004	17.883	4.459	25.815	30.274	149	76	48.382	19,6	36,2	84,9
2005	16.360	4.084	26.952	31.036	87	100	47.582	17,9	36,1	101,5
2006	16.432	4.229	28.259	32.488	97	134	49.151	18,0	36,9	104,3
2007	14.908	4.186	28.416	32.601	48	154	47.712	16,4	36,1	120,1
2008	15.263	4.118	30.496	34.614	79	162	50.117	16,8	37,4	122,4
2009	15.378	4.103	31.751	35.854	64	143	51.438	16,9	37,8	122,9
2010	14.645	4.324	33.111	37.435	66	118	52.263	16,2	38,5	138,4
2011	14.435	4.398	33.150	37.549	73	146	52.202	15,9	37,8	136,8
2012	14.928	4.603	36.424	41.127	76	207	56.337	16,4	40,4	146,5
Δ%	-24,8	3,9	44,4	38,7	-31,5	155,6	13,4	-24,4	7,8	100,7

Fonte: SIM/SVS/MS. *soma das categorias preta e parda

Lista 1 - Municípios Aderidos ao Plano Juventude Viva até 2014.

Acre – Rio Branco.

Alagoas – Maceió, Marechal Deodoro, Rio Claro, Arapiraca, União dos Palmares e São Miguel dos Campos.

Amapá – Macapá.

Amazonas – Manaus.

Bahia – Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Simões Filho, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Camaçari, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Valença, Alagoinhas Juazeiro, Paulo Afonso, Jequié, Santo Antônio de Jesus, Dias D'Ávila, Candeias, Mata de São João.

Ceará - Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Sobral e Crato.

Distrito Federal – Brasília.

Espírito Santo – Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Linhares, São Mateus e Guarapari.

Goiás – Goiânia, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Aguas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Rio Verde, Anápolis, Novo Gama, Formosa, Santo Antônio do Descoberto.

Maranhão – São Luís, Imperatriz, Açailândia e Caxias.

Mato Grosso – Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

Mato Grosso do Sul – Campo Grande e Dourados.

Minas Gerais – Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Montes Claros, Governador Valadares, Ibirité, Uberlândia, Juiz de Fora, Sete Lagoas, Vespasiano e Santa Luzia.

Pará – Belém, Ananindeua, Marabá, Marituba, Parauapebas, Castanhal, Paragominas, Tailândia, Redenção, Altamira, Barcarena, Tucuruí.

Paraíba – João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo e Patos.

Paraná – Curitiba, Londrina e Foz do Iguaçu.

Pernambuco – Recife, Jaboatão do Guararapes, Olinda, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Petrolina, Igarassu, Santa Cruz do Capibaribe, Goiana, Camaragibe, Abreu e Lima, Garanhuns e Vitória de Santo Antão.

Piauí – Teresina.

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Campo dos Goytacazes, São João do Meriti, Itaboraí, Cabo Frio, Niterói, Volta Redonda, Macaé, Magé e Angra dos Reis.

Rio Grande do Norte – Mossoró, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante.

Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

Rondônia – Porto Velho.

Roraima – Boa Vista.

Santa Catarina – Florianópolis.

São Paulo – São Paulo, Guarulhos, Diadema, Campinas, Osasco e Guarujá.

Sergipe – Aracaju, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro.

Tocantins – Palmas, Araguaína.

Fonte: Endereço eletrônico SNJ <<http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano#.VWx5Ms9Viko>>